

**COMISSÃO EVENTUAL DE INQUÉRITO PARLAMENTAR À  
ATUAÇÃO DO ESTADO NA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS  
NA SEQUÊNCIA DOS INCÊNDIOS DE 2017 NA ZONA DO  
PINHAL INTERIOR**

[Inquérito Parlamentar n.º 2/XIV/1.ª (PSD)]

**Reunião n.º 5**

8 de julho de 2020

(17:39 h – 20:06 h)

**Ordem do dia:**

Alda Maria das Neves Delgado Correia de Carvalho, Presidente da  
Câmara Municipal de Castanheira de Pera

**Presidente da Comissão:** Paulo Rios de Oliveira (PSD)

**Deputados oradores:** João Gouveia (PS)

Hugo Patrício Oliveira (PSD)

Fabiola Cardoso (BE)

João Dias (PCP)

João Pinho de Almeida (CDS-PP)

Hugo Costa (PS)

Jorge Paulo Oliveira (PSD)

O Sr. **Presidente** (Paulo Rios de Oliveira): — Srs. Deputados, vamos dar início à reunião da Comissão Eventual de Inquérito Parlamentar à atuação do Estado na atribuição de apoios na sequência dos incêndios de 2017 na zona do Pinhal Interior.

*Eram 17 horas e 39 minutos.*

Esta reunião destina-se a proceder à audição da Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara Municipal de Castanheira de Pera, Alda Maria das Neves Delgado Correia de Carvalho, a quem a gradeço a presença e saúdo.

Embora todos saibam, para efeitos de registo, diria que as audições decorrem em três rondas, sendo que, primeiro, são conferidos ao orador depoente 15 minutos para uma apresentação, se entender fazê-la. Depois, os grupos parlamentares têm 8 minutos cada um, sendo a resposta individualizada, e a seguir os grupos parlamentares usarão da palavra por 5 minutos, de forma sequencial, após o que as respostas serão em conjunto.

Querendo, os grupos parlamentares, existe ainda a possibilidade de uma terceira ronda, em que os grupos parlamentares terão 3 minutos e cada Sr. Deputado que queira intervir a título pessoal terá 2 minutos, sendo que o depoente terá depois 10 minutos para responder em conjunto.

Assim sendo, Sr.<sup>a</sup> Presidente, a primeira questão que lhe coloco é se pretende usar da faculdade desta intervenção inicial ou se começaríamos a nossa audição pelos grupos parlamentares.

A Sr.<sup>a</sup> **Alda Maria das Neves Delgado Correia de Carvalho** (Presidente da Câmara Municipal de Castanheira de Pera): — Boa tarde a todos.

Se não se importassem, preferia começar por responder porque estou aqui para responder às questões que me forem colocadas.

O Sr. **Presidente**: — Assim sendo, o partido que requereu esta audição foi o Partido Socialista, pelo que dou a palavra ao Sr. Deputado João Gouveia.

O Sr. **João Gouveia** (PS): — Sr. Presidente, Caras e Caros Colegas, Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara de Castanheira de Pera: Subscrevo também a ideia de que é um prazer tê-la junto de nós e queria dizer ao Sr. Presidente que não é por termos indicado esta audição que somos nós a colocar as questões em primeiro lugar, isso decorre da ordem decrescente de representatividade. Mas esse é um pormenor de natureza processual.

Antes de passarmos às questões, permitir-me-ia apenas fazer umas breves notas de enquadramento/justificativas.

Como todos sabemos, mas importa nunca perder de vista, estamos aqui na sequência de uma iniciativa de Deputados do Grupo Parlamentar do PSD que requereram a constituição obrigatória de uma Comissão Eventual de Inquérito à responsabilidade do Estado, concretamente no que respeita ao processo de atribuição de apoios na sequência dos incêndios de 2017. Estamos a falar de apoios à recuperação de habitações, de apoios à recuperação de empresas, de apoios à recuperação de equipamentos, públicos e privados, e para a reposição do potencial produtivo.

Feito o contexto, importará, do ponto de vista dos Deputados do PS, clarificar que, naturalmente, tudo faremos para contribuir para o apuramento objetivo e comprovado da factualidade sobre o que está em causa apreciar nesta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Por isso, os Deputados do PS não podiam deixar de indicar os autarcas, quer de município, quer de freguesia, para serem convocados. Nós sabemos bem — eu sei particularmente bem, porque durante 20 anos fui presidente de câmara e sou presidente de assembleia municipal — e temos consciência

que são os autarcas que, em cada região, não só conhecem melhor o território e a população como acompanham de forma próxima o seu pulsar. Portanto, não os ouvir seria não contribuir para o apuramento rigoroso da factualidade, seria até não levar a sério aqueles que são os objetivos de uma qualquer comissão eventual de inquérito parlamentar.

Feito este enquadramento, apresentadas estas «justificações», passaríamos então, como a Sr.<sup>a</sup> Presidente disse, e bem, a procurar clarificar algumas dúvidas que existam ou que subsistam.

A primeira questão que tinha aqui equacionado — passe a expressão — ou definido tem a ver com o seguinte: a Sr.<sup>a</sup> Presidente, logo após as eleições autárquicas em setembro de 2017, que ganhou, iniciou funções porventura no final de outubro de 2017 ou coisa do género.

O seu antecessor na presidência da câmara era então Coordenador da Comissão Técnica do Fundo REVITA (Fundo de Apoio às Populações e à Revitalização das Áreas Afetadas pelos incêndios ocorridos em junho de 2017).

A primeira questão, se assim lhe podemos chamar, é muito simples: alguma vez sentiu necessidade de solicitar ao mesmo, ao seu antecessor, quaisquer esclarecimentos sobre os processos de apoio em curso?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr.<sup>a</sup> Presidente.

A Sr.<sup>a</sup> **Alda Maria das Neves Delgado Correia de Carvalho**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado, muito obrigada pela questão.

Não tive necessidade de auscultar o meu antecessor porque os recursos técnicos que estavam no município e que acompanharam desde o início todo o processo transmitiram-me aquilo que se encontrava em curso.

Tive também a oportunidade, não fazendo parte da Comissão Técnica, de começar assistir às reuniões da Comissão Técnica para me inteirar de

como as coisas funcionavam. Portanto, eu não fui nomeada, havia dois representantes do município, dois técnicos, que estavam indicados mas, mesmo assim, achei por bem assistir às reuniões da Comissão Técnica a partir de novembro para verificar e me inteirar dos processos que se encontravam em curso.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado João Gouveia, tem a palavra.

O Sr. **João Gouveia (PS)**: — Sr. Presidente, procurando clarificar e nunca perdendo de vista que este é o único objetivo, permitir-me-ia continuar a colocar questões à Sr.<sup>a</sup> Presidente, solicitando o seguinte esclarecimento: agora, já como Presidente de Câmara, encontrou no seu concelho algum processo de apoio, fosse ao que fosse, habitação, empresa, equipamentos ou mesmo de reposição do potencial produtivo, que lhe tivesse suscitado qualquer dúvida?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr.<sup>a</sup> Presidente.

A Sr.<sup>a</sup> **Alda Maria das Neves Delgado Correia de Carvalho**: — Sr. Deputado, não, não tive. Não tive qualquer processo que me suscitasse qualquer dúvida por antecipação. Tive, sim, uma situação para a qual fui alertada por um munícipe de Castanheira de Pera de que haveria uma habitação que estava a ser reconstruída e que, se calhar, não cumpriria os critérios de primeira habitação.

Perante esse facto, e apesar de a informação ter sido verbal, achei por bem denunciar a situação junto da CCDR (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional) e na Comissão Técnica para que fosse averiguada e para, efetivamente, se verificar. Independentemente de eu ter

dito à pessoa que poderia sempre reclamar por escrito junto do município, nunca tomou essa atitude.

Portanto, não foi uma reclamação formal, foi informal, mas atuei perante a informação que me tinha sido transmitida.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado João Gouveia, tem a palavra.

O Sr. **João Gouveia** (PS): — Sr. Presidente, uma das questões que tinha para colocar à Sr.<sup>a</sup> Presidente já foi respondida.

Sr.<sup>a</sup> Presidente, optou por participar nas reuniões da Comissão Técnica. Fê-lo com regularidade? Ia a todas? Ia tecnicamente acompanhada ou entendeu que tal não se justificava?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr.<sup>a</sup> Presidente.

A Sr.<sup>a</sup> **Alda Maria das Neves Delgado Correia de Carvalho**: — Não era como técnica que ia às reuniões, era só para me aperceber dos processos e da forma como funcionava a Comissão Técnica, porque, como deve compreender, mesmo nos processos dos outros municípios, para mim, que estava a chegar e sem qualquer conhecimento, esta era uma das formas que tinha de me inteirar e de ficar por dentro de algumas situações que se passavam, quer em relação aos processos de Castanheira de Pera quer, inclusivamente, com a análise de outros processos que ia sendo feita.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado João Gouveia, tem a palavra.

O Sr. **João Gouveia** (PS): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, a intenção não foi perguntar-lhe porquê ou em que qualidade. É evidente que a Sr.<sup>a</sup> Presidente, e bem, participou nas reuniões da Comissão Técnica.

O que lhe perguntei foi se essa sua presença foi ou não acompanhada de assessoria técnica do próprio município para eventual clarificação de questões ou de dificuldades que pudesse sentir.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr.<sup>a</sup> Presidente.

A Sr.<sup>a</sup> **Alda Maria das Neves Delgado Correia de Carvalho**: — Eu acompanhava os técnicos que estavam nomeados desde o início do processo, em representação do município.

Havia dois técnicos que tinham sido indicados anteriormente e eu acompanhava-os.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado João Gouveia, tem a palavra.

O Sr. **João Gouveia** (PS): — Digamos que a Sr.<sup>a</sup> Presidente de Câmara acompanhou, participou, praticamente, em todas as reuniões da Comissão Técnica.

Já agora, diga-nos o seguinte: uma vez que nas respostas a questões anteriores já nos deu nota de que, no seu concelho, não encontrou quaisquer situações anómalas, digamos assim, no quadro da sua participação nas reuniões da Comissão Técnica teve oportunidade de tomar conhecimento formal da eventual existência de potenciais anomalias nos processos de apoio nos concelhos vizinhos também atingidos pela tragédia?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr.<sup>a</sup> Presidente.

A Sr.<sup>a</sup> **Alda Maria das Neves Delgado Correia de Carvalho**: — Sim, tomei conhecimento quando foram à Comissão Técnica.

Quando a comunicação social começou a referenciar algumas eventuais irregularidades, esses processos foram à Comissão Técnica e a Comissão Técnica pronunciou-se sobre eles, tendo, inclusivamente, existido a suspensão de pagamento de obras que se encontravam em curso.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado João Gouveia, tem a palavra.

O Sr. **João Gouveia** (PS): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, agradecia que nos situasse no tempo. Quando é que isso aconteceu?

Por outro lado, está em condições de nos clarificar qual a natureza desses casos potencialmente anómalos?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr.<sup>a</sup> Presidente.

A Sr.<sup>a</sup> **Alda Maria das Neves Delgado Correia de Carvalho**: — Posso dizer que em 30 de outubro de 2018 a Comissão Técnica analisou alguns. Quanto à sua natureza, foi de várias ordens e, depois, até houve processos que voltaram novamente à Comissão Técnica.

Tenho pena de não ter aqui as atas todas da Comissão Técnica, só tenho aqui duas, que trouxe a título de exemplo, se fosse preciso, em que, após uma segunda análise, foram consideradas como estando em condições de continuar com a obra que estava em curso.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado João Gouveia, tem a palavra.

O Sr. **João Gouveia** (PS): — É evidente, Sr.<sup>a</sup> Presidente, que não me estava a reportar a ter conhecimento pela comunicação social e por isso é que usei a palavra «formal», qual lhe perguntei se teve conhecimento formal no âmbito da sua participação nas reuniões da Comissão Técnica.

Já agora, pergunto: após a revisão do Regulamento, foi acrescentado um n.º 3 ao artigo 20.º para definir os critérios de habitação permanente. Essa definição, esse exercício de melhor definição dos critérios para, claramente, procurar definir quais as habitações que eram permanentes, que eram primeira habitação, esse conjunto de critérios foi confortável, claro e objetivo para Comissão Técnica, ou sentiram algum desconforto, alguma dificuldade, se quiser, até alguma dificuldade na sua aplicação prática?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr.<sup>a</sup> Presidente.

A Sr.<sup>a</sup> **Alda Maria das Neves Delgado Correia de Carvalho**: — Sr. Deputado, como sabe, os casos de Castanheira estavam todos identificados. Quando cheguei ao município de Castanheira de Pera tinha 70 habitações identificadas para reconstruir: dessas 70 habitações, após a minha chegada, foram retiradas 6, 2 por falta de entrega de requerimento, 2 por desistência e outra porque estava em duplicado, ou seja, o código estava duplicado.

Aquilo de que me apercebi à chegada foi que no concelho de Castanheira o entendimento que havia é que eram as primeiras habitações, porque até se receberam outros requerimentos, que deram origem, depois, a uma segunda listagem, de segundas habitações e até de anexos, mas o conceito era o de primeira habitação.

Como sabe também, antes da minha chegada, saiu o Regulamento do REVITA e depois houve essa clarificação do que era primeira habitação. Mas o entendimento que existia quando cheguei ao município de Castanheira de Pera era que, efetivamente, era primeira habitação. Mantivemos o número de habitações, não foi retirada nenhuma. Ou melhor, foram efetivamente retiradas 2, das 70, quando cheguei, e isso deu origem às 66 que aí se encontram.

Anteriormente, quanto aos critérios que levaram à seleção das habitações antes da minha chegada, não posso pronunciar-me.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado João Gouveia, tem a palavra.

O Sr. **João Gouveia** (PS): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, os processos de apoio à recuperação, não apenas de habitações mas também de empresas, de equipamento público e privado no seu concelho já estão todos concluídos?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr.<sup>a</sup> Presidente.

A Sr.<sup>a</sup> **Alda Maria das Neves Delgado Correia de Carvalho**: — Sr. Deputado, o conhecimento que tenho é que, na altura do incêndio, houve o acompanhamento de um técnico do município, inclusivamente com a CCDR. Não sei, com toda a franqueza, não posso estar a dizer qual foi o valor dos apoios às empresas... Sei que foram umas sete ou oito empresas que tiveram apoio, mas, depois, não foi dado ao município conhecimento do valor que foi atribuído às empresas que o reclamaram.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado João Gouveia.

O Sr. **João Gouveia** (PS): — No que toca aos processos de apoio às habitações, os cerca de sete dezenas de processos estão concluídos?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, para responder.

A Sr.<sup>a</sup> **Alda Maria das Neves Delgado Correia de Carvalho**: — Sr. Deputado, lamentavelmente, ainda não. Encontro-me com três habitações que ainda não estão concluídas. Duas eram de duas associações que se

constituíram à data para fazer a reconstrução total. Atendendo a todo o desenvolvimento que houve neste processo, quem se propôs fazer a reconstrução começou com algumas dificuldades na obtenção de apoios e, então, pedimos ao REVITA para incluir essas duas habitações com a construção da estrutura.

Uma estará concluída no final desta semana, portanto vou ficar só com duas em aberto, sendo que uma foi a que denunciei junto da Comissão Técnica e da CCDR, em que o processo esteve suspenso até março, mas agora já se reiniciou e está, portanto, em curso, não tendo ainda data previsível de conclusão da obra; e a outra era de uma associação de dadores que também está, efetivamente, com alguns problemas. Esta associação reconstruiu uma casa no concelho de Pedrógão Grande, a qual só concluiu em dezembro de 2019, e agora está com dificuldade, de facto, em angariar quer materiais, quer mão de obra com que possa concluir a obra.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor de continuar, Sr. Deputado João Gouveia.

O Sr. **João Gouveia** (PS): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, podemos concluir, de acordo com os números que nos facultou, que, na prática, e no que diz respeito aos processos de apoio a habitações, 98% dos processos estão concluídos e fechados.

Ainda assim, subsistindo os tais 1%, 2%, a Comissão Técnica tem reunido regularmente, ou entenderam que tal não se justifica?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para responder.

A Sr.<sup>a</sup> **Alda Maria das Neves Delgado Correia de Carvalho**: — Sr. Deputado, a Comissão Técnica tem reunido de forma não tão regular nos

últimos meses, atendendo também a tudo aquilo que aconteceu. Neste momento, vamos, inclusivamente, proceder à substituição do representante da Comissão Técnica que pediu demissão.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Gouveia (PS)**: — Sr.<sup>a</sup> Presidente, uma das minhas últimas questões é a seguinte: ontem, numa audição, no âmbito desta Comissão Eventual de Inquérito Parlamentar, foi dito por um depoente que os processos de apoio no seu concelho, os tais, no caso das habitações, sete dezenas, pelo que ele referiu, tinham estado, e estão, a decorrer com completa normalidade em termos de instrução, avaliação e execução. Pode subscrever ou infirmar isto?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor de responder, Sr.<sup>a</sup> Presidente.

A Sr.<sup>a</sup> **Alda Maria das Neves Delgado Correia de Carvalho**: — Sr. Deputado, a noção que tenho é que os processos, efetivamente, estão instruídos e feitos, sem que tenha havido, até este momento, qualquer problema. O problema que tive já o referi. Portanto, tenho quase a certeza de que tudo está como deve ser, até porque não tive, até este momento, qualquer problema.

Deixe-me dizer-lhe também que, efetivamente, as dificuldades foram muitas, porque estamos a falar de três anos após, com três habitações ainda sem conclusão da obra. Com toda a certeza, todos queríamos que esta situação já estivesse ultrapassada, mas, efetivamente, todas as condicionantes que se foram impondo ao longo do tempo também não nos permitiram que a conclusão já estivesse a 100%, mas só nos 98%.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr.<sup>a</sup> Presidente.

Terminou desta forma a audição promovida pelo Partido Socialista e daria a palavra ao Grupo Parlamentar do PSD e ao Sr. Deputado Hugo Oliveira.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara de Castanheira de Pera, ter a sua presença aqui, enquanto autarca de um território tão fustigado como foi aquele, e sabendo do sofrimento da população, traz-nos sempre à memória aquele momento. Mas não é esse, de facto, o objetivo desta Comissão, pelo que vou tentar ser o mais objetivo possível nas questões que lhe vou colocar.

Queria perguntar-lhe, concretamente, se Castanheira de Pera tem um Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para responder, Sr.<sup>a</sup> Presidente.

A Sr.<sup>a</sup> **Alda Maria das Neves Delgado Correia de Carvalho**: — Sr. Deputado, Castanheira de Pera tem o plano de defesa que foi aprovado em 2019. Esse plano vinha sendo remetido ao ICNF (Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas) e posso dizer-lhe que a primeira vez que o remeti foi em junho de 2018 – aliás, havia um técnico contratado para a elaboração do plano.

Mas deixe-me dar-lhe também uma nota de que, efetivamente, o município de Castanheira de Pera, em termos de recursos humanos, está muito aquém do que seria desejável. Quando cheguei ao município não havia engenheiro florestal e não havia engenheiro civil o que nos causou alguns constrangimentos adicionais.

Portanto, Castanheira de Pera tem o plano aprovado para 10 anos.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado Hugo Oliveira.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, isso leva-me a concluir que em 2017 não haveria nenhum plano aprovado. Certo?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para responder.

A Sr.<sup>a</sup> **Alda Maria das Neves Delgado Correia de Carvalho**: — O plano anterior era de 2011 a 2015. Contudo, queria dar-lhe nota que em 2016, 2017, 2018 e 2019 foram efetuadas algumas faixas de gestão de combustível no concelho de Castanheira de Pera, independentemente de o plano não se encontrar aprovado. Mas, repito, o plano foi feito e foi aprovado só em 2019.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, continua no uso da palavra.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, diga-me: quando foi o seu discurso de tomada de posse disse, e bem, que teria como grande desígnio, além de elaborar o plano de defesa da floresta, criar um gabinete. Concretizou esse seu desígnio?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr.<sup>a</sup> Presidente.

A Sr.<sup>a</sup> **Alda Maria das Neves Delgado Correia de Carvalho**: — Sr. Deputado, felizmente, neste momento, está concretizado desígnio com a chegada da engenheira florestal e com a nomeação do coordenador municipal de proteção civil.

Portanto, neste momento, tenho quatro pessoas afetas ao gabinete.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, sei que, neste momento, tem o pelouro da proteção civil. Já era assim no mandato do anterior presidente?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor de responder, Sr.<sup>a</sup> Presidente.

A Sr.<sup>a</sup> **Alda Maria das Neves Delgado Correia de Carvalho**: — Sim, já era. O pelouro da proteção civil encontrava-se com o anterior Presidente da Câmara, pela informação que me foi transmitida.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — O Fundo REVITA tinha, e tem, um Conselho de Gestão onde um representante é designado pelas câmaras municipais de Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos e Pedrógão Grande e esse representante começou por ser o Presidente da Câmara de Pedrógão Grande, Valdemar Alves. Como foi a relação com esse representante?

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Presidente, tem a palavra, para responder.

A Sr.<sup>a</sup> **Alda Maria das Neves Delgado Correia de Carvalho**: — Sr. Deputado, a relação que temos é institucional e de proximidade. É só.

O Sr. **Presidente**: — Pode prosseguir, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Dentro daquilo que é a relação necessária com o representante, pergunto se a Câmara Municipal de

Castanheira de Pera foi envolvida nas tomadas de decisão e, neste caso, se sentiu que o município estava a ser bem representado.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr.<sup>a</sup> Presidente.

A Sr.<sup>a</sup> **Alda Maria das Neves Delgado Correia de Carvalho**: — Na Comissão Técnica onde tive oportunidade de participar eram os técnicos que tomavam as decisões para depois a Comissão Técnica as levar ao Conselho de Gestão. Portanto, não senti, efetivamente, que...

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Pergunto, Sr.<sup>a</sup> Presidente, se foi consultada previamente sobre a distribuição de fundos, enquanto Presidente da Câmara de Castanheira de Pera.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr.<sup>a</sup> Presidente.

A Sr.<sup>a</sup> **Alda Maria das Neves Delgado Correia de Carvalho**: — Não fui. Até porque, na altura em que chego, penso, os fundos já estavam distribuídos. Não fui consultada. Já se encontravam, efetivamente, em termos de REVITA, não as 70, mas as 66 habitações que, depois, ficaram alocadas. Houve a saída de seis e a entrada de mais dois processos quando eu já estava no exercício de funções.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Oliveira.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — O Conselho de Gestão do Fundo REVITA teve três representantes dos municípios: o Presidente da

Câmara de Castanheira de Pera, a seguir, o de Pedrógão Grande e, depois, o chefe de divisão de Figueiró dos Vinhos.

Dentro do contacto que teve com cada um deles, pergunto-lhe que nível de contacto é que teve, sabendo, inclusive, que o último está demissionário, com cada um dos representantes?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr.<sup>a</sup> Presidente.

A Sr.<sup>a</sup> **Alda Maria das Neves Delgado Correia de Carvalho**: — O nível de contacto que tive com cada um dos representantes era apenas quando ia e estava presente nas reuniões da Comissão Técnica. Não tive mais contacto com eles fora deste contexto.

O Sr. **Presidente**: — Devolvo a palavra ao Sr. Deputado Hugo Oliveira.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Já tivemos oportunidade de perceber quantas casas é que foram reconstruídas, em resposta ao Sr. Deputado do PS. Pergunto: quantas empresas arderam? Tem esses números?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr.<sup>a</sup> Presidente.

A Sr.<sup>a</sup> **Alda Maria das Neves Delgado Correia de Carvalho**: — Sr. Deputado, por um levantamento que foi feito anteriormente à minha chegada, tenho a indicação de nove empresas, sendo que algumas são empresários em nome individual. Empresas tenho cinco.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Quantas?

O Sr. **Presidente**: — Cinco empresas, Sr. Deputado.

A Sr.<sup>a</sup> **Alda Maria das Neves Delgado Correia de Carvalho**: — Os outros são empresários...

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Presidente, poderia repetir, porque não ficou clara a sua resposta?

A Sr.<sup>a</sup> **Alda Maria das Neves Delgado Correia de Carvalho**: — Tenho a indicação, no levantamento que foi feito anteriormente à minha chegada, de que foram nove empresas, mas estão alguns empresários em nome individual nesta listagem.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Com base no que me está a dizer, entre o apoio a agricultores, a imóveis para reconstrução e a empresas, tem noção de quanto é que foram os apoios atribuídos?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr.<sup>a</sup> Presidente.

A Sr.<sup>a</sup> **Alda Maria das Neves Delgado Correia de Carvalho**: — Montante total, global, no concelho de Castanheira de Pera?

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Sim, sim.

A Sr.<sup>a</sup> **Alda Maria das Neves Delgado Correia de Carvalho**: — No concelho de Castanheira de Pera, em relação às empresas, não tenho, porque

não foi comunicado qual foi o apoio. Na altura das candidaturas, o técnico que esteve foi o da CCDR e um técnico do município também.

Em relação à DRAPC (Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro) também não temos essa indicação. O papel que tivemos, segundo a informação que me foi prestada, foi, no início, o de efetuar o levantamento da parte da agricultura.

Em relação às habitações, posso confirmar: à data da semana passada, tínhamos já 1 363 457,57 €, valor aprovado e valor pago já estava em 1 248 004,35 €.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, se percebi bem, em relação aos processos, embora pudessem passar pela Sr.<sup>a</sup> Presidente, o nível de decisão sobre cada um não lhe cabia a si?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr.<sup>a</sup> Presidente.

A Sr.<sup>a</sup> **Alda Maria das Neves Delgado Correia de Carvalho**: — Não. Os processos eram rececionados pelos técnicos, depois eram enviados à CCDR e, depois, iam à Comissão Técnica.

Portanto, os técnicos davam o parecer e os processos eram remetidos à Comissão Técnica que, depois, os remetia ao Conselho de Gestão.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, faça favor.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Assim sendo, qual era o papel da CCDR na tomada de decisão neste processo?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr.<sup>a</sup> Presidente.

A Sr.<sup>a</sup> **Alda Maria das Neves Delgado Correia de Carvalho**: — A CCDR tinha dois técnicos a acompanhar a Comissão Técnica.

Posso dizer-lhe, em termos de agregação da informação, que era a CCDR que no-la enviava. Ou seja, fazia a listagem, que ainda agora tive oportunidade de ver, agregava a informação e confirmava se os documentos que fariam prova estavam ou não todos no processo.

A decisão era da Comissão Técnica que enviava essa documentação para o Conselho de Gestão.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado Hugo Oliveira.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Sabe dizer-me quais eram os documentos que constavam de cada processo?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr.<sup>a</sup> Presidente.

A Sr.<sup>a</sup> **Alda Maria das Neves Delgado Correia de Carvalho**: — O próprio requerimento tinha os documentos a apresentar. No caso de Castanheira de Pera, era pedido: a caderneta predial; a certidão da conservatória, caso existisse, porque, dado os territórios onde nos encontramos, alguns estavam omissos; a habilitação de herdeiros, se fosse o caso, porque havia algumas habitações que ainda estavam em nome dos herdeiros; e, depois, com a alteração que houve, a fatura da EDP ou da água.

Pra além disto também eram pedidos orçamentos, sendo que até 5000 € só era preciso um orçamento e, a partir de 5000 €, eram precisos três orçamentos para juntar ao processo.

O Sr. **Presidente**: — É tudo, Sr.<sup>a</sup> Presidente?

A Sr.<sup>a</sup> **Alda Maria das Neves Delgado Correia de Carvalho**: — Sim.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Isso significa que todos os pedidos foram apresentados com estes documentos?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr.<sup>a</sup> Presidente.

A Sr.<sup>a</sup> **Alda Maria das Neves Delgado Correia de Carvalho**: — No caso de Castanheira de Pera, todos. Isto foi o que me foi transmitido pelos técnicos que estavam na receção dos processos.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — A pergunta que se coloca é se a autarquia deferiu ou indeferiu algum desses processos, naquela que era a tomada de posição que pudesse ter sobre os mesmos.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr.<sup>a</sup> Presidente, para responder à pergunta.

A Sr.<sup>a</sup> **Alda Maria das Neves Delgado Correia de Carvalho**: — Em relação à listagem, que tinha inicialmente das 70 habitações, havia duas que eram segundas habitações e que foram retiradas do processo.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, duas notas. A primeira sobre a questão da segunda habitação. Houve necessidade de agir ou ter alguma atitude relativamente à questão da segunda habitação, quando falamos das candidaturas que foram apresentadas ou dos pedidos que foram feitos?

O Sr. **Presidente**: — Por favor, Sr.<sup>a</sup> Presidente.

A Sr.<sup>a</sup> **Alda Maria das Neves Delgado Correia de Carvalho**: — Não. Eu pensei que os processos iniciais iam estar completos na instrução, o que veio a dar a retirada destes dois, assim como de outros dois que vieram a pedir para desistir e nem sequer apresentaram requerimento.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Se percebi bem, houve necessidade, por parte da autarquia, de criar um regulamento próprio para as segundas habitações. Foi para clarificar esta matéria?

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Presidente, por favor.

A Sr.<sup>a</sup> **Alda Maria das Neves Delgado Correia de Carvalho**: — Nós criámos um regulamento de apoio às segundas habitações, mas isto foi posterior a esta tomada de decisão.

Aquilo de que tenho conhecimento é que as pessoas iam fazer os requerimentos ao município e os requerimentos eram entregues, independentemente de ser primeira ou segunda habitação. Foi isso que nos permitiu, posteriormente, fazer o regulamento para dar apoio às segundas

habitações no concelho de Castanheira de Pera. Foi através do Decreto-Lei n.º 142/2017 publicado no *Diário da República*, em 18 de outubro, que Castanheira criou o regulamento para o apoio às segundas habitações.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado Hugo Oliveira.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Recentrando na questão das construções, há pouco, disse que houve uma construção que suscitou ou levantou alguma dúvida e, pelo que percebo, esteve suspensa. Pode dizer-me a razão para que tal tenha sucedido?

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Presidente, por favor.

A Sr.<sup>a</sup> **Alda Maria das Neves Delgado Correia de Carvalho**: — Eu levantei a situação dessa habitação em 7 de setembro em sede de Comissão Técnica e depois essa situação foi analisada, outra vez, em 30 de outubro de 2018 em sede de Comissão Técnica.

O que é que aconteceu? Houve um familiar do proponente desta habitação que me veio informar que se tratava de uma segunda habitação e não de uma primeira habitação. Perante este facto, achei por bem mandar averiguar, até porque não tinha estado no início do processo e, efetivamente, este processo esteve no Ministério Público e o Ministério Público veio dizer que não se tratava de uma segunda habitação e que cumpria os critérios da primeira habitação.

É de um senhor que trabalha no estrangeiro, que está poucas vezes e que, efetivamente, residia em Leiria, anteriormente aos incêndios, segundo me informou, mas que na altura do incêndio se encontrava naquela localidade, porque estava num processo de separação.

Foi tudo averiguado pelo Ministério Público e o Ministério Público veio dizer que o processo se encontrava conforme. O REVITA, em março, veio dizer que levantava a suspensão relativamente ao processo que tinha sido indicado pelo município de Castanheira de Pera.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado Hugo Oliveira.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, falando do REVITA, se não estou em erro, os valores dos donativos em espécie deveriam ser comunicados pelos municípios ao REVITA. Isso foi efetuado pelo município de Castanheira de Pera?

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Presidente, por favor.

A Sr.<sup>a</sup> **Alda Maria das Neves Delgado Correia de Carvalho**: — O município de Castanheira de Pera teve logo, desde o primeiro minuto, uma organização, Médicos do Mundo, que fez a gestão e a distribuição através deles. Portanto, o município não esteve diretamente... E também não me posso pronunciar muito sobre essa fase inicial. Mas teve a organização Médicos do Mundo, que fez um protocolo com o município de Castanheira de Pera e estava a fazer a gestão.

Posso dizer-lhe que o município de Castanheira de Pera abriu duas contas bancárias que tinham algum valor quando eu cheguei, uma tinha cerca de 12 000 € e a outra tinha 100 €, valores que foram transferidos para o fundo REVITA, ou seja, através de uma deliberação tomada na reunião de câmara de 12 de janeiro de 2018, foram transferidos para a conta do REVITA os valores financeiros que a autarquia tinha.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, faça favor.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, desculpe, estava aqui a refletir, porque há pouco, estávamos a falar nas segundas habitações e eu fiquei com uma dúvida que tenho que lhe colocar.

Quando o município sente a necessidade de fazer o regulamento para as segundas habitações, é pelo facto de o REVITA não ser muito claro nesta matéria? Haveria alguma dificuldade? Houve esta necessidade de fazer o regulamento por alguma razão que... Fiquei com esta dúvida em relação às regras não estarem bem claras e sobre o que se passava.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Presidente, por favor.

A Sr.<sup>a</sup> **Alda Maria das Neves Delgado Correia de Carvalho**: — Não foi ao abrigo do REVITA, até porque esta decisão foi tomada em outubro de 2018. Sobre as segundas habitações que não tinham apoio, foi dada a possibilidade aos municípios, através do Decreto-Lei n.º 142/2017, de fazerem um regulamento para apoiar aquelas que eram consideradas segundas habitações por não estarem incluídas no REVITA.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, faça favor.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Falemos numa outra questão: o apoio à agricultura. Nessa medida, se não estou em erro, 58% dos fundos foram para a agricultura. Teve algum conhecimento ou alguma interferência do município relativamente a este tipo de apoios?

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Presidente, para responder.

A Sr.<sup>a</sup> **Alda Maria das Neves Delgado Correia de Carvalho**: — Não tive conhecimento do apoio que foi atribuído pela Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro. O conhecimento que tenho é que a DRAP Centro esteve no município a fazer o levantamento da parte da agricultura logo a seguir ao incêndio. Depois foi um processo que foi tratado diretamente pela DRAP Centro com os beneficiários.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Hugo Oliveira, tem a palavra.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Voltando à questão de há pouco sobre as segundas habitações, ontem tivemos aqui uma audição e, se não estou em erro, foi-nos dito que no REVITA também há apoio às segundas habitações – pelo menos, percebemos isso ontem da intervenção que aqui teve lugar.

É verdade que havia apoio para as segundas habitações, ou não, no REVITA?

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Presidente, por favor.

A Sr.<sup>a</sup> **Alda Maria das Neves Delgado Correia de Carvalho**: — A informação que sempre me foi transmitida é a de que o REVITA apoiava as habitações permanentes. No nosso caso, não temos segundas habitações nos apoios atribuídos às 66 habitações.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, por favor.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Para já, é tudo, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Tem, agora, a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Fabíola Cardoso, do Bloco de Esquerda.

A Sr.<sup>a</sup> **Fabíola Cardoso** (BE): — Sr. Presidente, cumprimento os presentes, em particular a Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara Municipal de Castanheira de Pera, que está aqui para nos esclarecer no âmbito da Comissão de Inquérito à atribuição de apoios na sequência dos incêndios florestais.

Gostaria de começar por colocar algumas questões mais gerais à Sr.<sup>a</sup> Presidente. Pergunto: pode afirmar aqui que os fundos do REVITA para o município de Castanheira de Pera foram escrupulosamente atribuídos sem que houvesse lugar a fraudes ou situações dúbias?

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Presidente, para responder.

A Sr.<sup>a</sup> **Alda Maria das Neves Delgado Correia de Carvalho**: — Até ao presente momento, foram atribuídos, em minha opinião, e pelo conhecimento que tenho dos processos, sem qualquer intenção de fraude ou dolo.

O Sr. **Presidente**: — Pode prosseguir, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Fabíola Cardoso** (BE): — Isso significa que houve um conjunto de circunstâncias que permitiram que esses fundos fossem utilizados.

Considera, portanto, que foi feita uma adequada divulgação das normas existentes para a utilização desses fundos e que as normas, em si, eram suficientemente claras para não induzirem em erro as pessoas que pretendiam beneficiar desse apoio?

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Presidente, por favor.

A Sr.<sup>a</sup> **Alda Maria das Neves Delgado Correia de Carvalho**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, na fase crítica e conturbada em que todo o processo se desenrolou, não lhe posso responder com toda a certeza a essa questão, porque nem sequer me encontrava em exercício de funções.

O que eu sei é que os técnicos que estavam, e que eu acompanhei posteriormente e continuo a acompanhar, tiveram algumas dificuldades, como é óbvio, no início de todo o processo por ser uma situação que teve a dimensão que teve. Até os próprios funcionários, e toda a gente, psicologicamente, se encontravam, com toda a certeza, de uma tal forma que não podiam dar mais... Mas, pelo conhecimento que tenho, os técnicos tentaram sempre fazer o seu melhor mesmo com todas as adversidades que tiveram no momento.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada Fabíola Cardoso, faça favor.

A Sr.<sup>a</sup> **Fabíola Cardoso** (BE): — Entendendo, obviamente, a situação terrível que todos viveram e a dificuldade que é levar apoio e procedimentos burocráticos a pessoas nestas circunstâncias, ainda assim, o facto de no município de Castanheira de Pera a situação ter decorrido bem demonstra que, passado esse momento inicial de crise, foi possível adquirir algum procedimento mais normal que permitiu que os critérios tivessem sido aplicados com equidade, com justiça e que levassem a uma boa aplicação dos fundos. Concorda com esta minha afirmação?

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Presidente, para responder.

A Sr.<sup>a</sup> **Alda Maria das Neves Delgado Correia de Carvalho**: — Como já lhe disse, agora posso falar sobre os técnicos, mas, à data em que foi feito, não, mas penso que todos tentaram cumprir com equidade. Até porque, por conversas que tenho tido, no princípio foi mesmo muito complicado até na definição dos critérios.

Numa primeira fase, o que me foi transmitido é que aceitavam todos os requerimentos e isso foi também o que possibilitou que agora tivéssemos uma listagem das habitações que não foram consideradas primeiras habitações e pudéssemos contactar as pessoas, ao abrigo deste regulamento que fizemos, para a atribuição de apoio para as segundas habitações.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada Fabíola Cardoso, tem a palavra.

A Sr.<sup>a</sup> **Fabíola Cardoso** (BE): — A intenção destas minhas perguntas era fazer uma comparação com o depoimento de outro depoente que aqui estive e que disse, muito claramente, que, numa outra situação, que não neste município, tinha havido uma intenção por parte dos técnicos e do poder político de criarem situações de fraude.

Sendo que não aconteceu assim em Castanheira de Pera, seria possível que, à luz do normativo que temos e dos procedimentos que existiram, houvesse premeditadamente a possibilidade de agir de forma a contorná-los e a criar situações de iniquidade e de fraude?

O Sr. **Presidente**: — Pode responder, Sr.<sup>a</sup> Presidente.

A Sr.<sup>a</sup> **Alda Maria das Neves Delgado Correia de Carvalho**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, vai desculpar-me, mas não consigo pronunciar-me em relação à questão que me colocou. Estamos a falar de equidade e a falar de pessoas e

eu não estive presente na análise, nem conheço em pormenor o que se passou. Portanto, não posso estar a validar.

Dentro do Município de Castanheira de Pera, como já vos disse, se calhar posso não estar a prestar toda a informação corretamente, por não ter estado no início do processo, mas estou aqui para prestar as informações o mais corretamente possível, dentro do meu conhecimento. Mas, sobre essa questão, se me for permitido, não posso pronunciar-me sobre o que não conheço efetivamente.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, tem novamente a palavra.

A Sr.<sup>a</sup> **Fabíola Cardoso** (BE): — Agradeço a sua resposta, Sr.<sup>a</sup> Presidente.

Considera que houve condições suficientes e adequadas para que fosse feita uma avaliação da atribuição dos fundos?

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Presidente, faça favor.

A Sr.<sup>a</sup> **Alda Maria das Neves Delgado Correia de Carvalho**: — Como já tive oportunidade de dizer, aqueles dias, por aquilo que tive oportunidade de ouvir, foram muito complicados. Até porque, veja, foram várias instituições que estiveram no local a fazer o levantamento, não foi só uma... Os técnicos de Castanheira também são muito poucos e tiveram ajuda de todas as instituições que estiveram no local a fazer o levantamento e tentaram fazê-lo da forma mais correta, não deixando ninguém para trás.

Posso dizer-lhe que, no fim do ano, tivemos a entrada de um processo no município. Porquê? Porque a pessoa estava hospitalizada, em Lisboa, e só passado algum tempo — não estamos a falar bem de um ano — é que foi dada, efetivamente, entrada do processo. É óbvio que resolvemos a situação,

porque se tratava efetivamente de uma habitação permanente, apesar de a senhora ter vindo, a seguir ao incêndio, a Lisboa e de ter estado cá algum tempo.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada Fabíola Cardoso, tem a palavra.

A Sr.<sup>a</sup> **Fabíola Cardoso** (BE): — Foram aqui referidos e são do conhecimento público dois inquéritos a esta situação que estão ainda a ser levados a cabo pelo Ministério Público e pelo Tribunal de Contas.

Gostaria que nos esclarecesse qual foi a sua participação nestes dois inquéritos. Esta participação aconteceu? Em que moldes?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para responder, Sr.<sup>a</sup> Presidente.

A Sr.<sup>a</sup> **Alda Maria das Neves Delgado Correia de Carvalho**: — Tive uma participação muito vaga no do Tribunal de Contas, porque efetivamente as questões que foram colocadas eram mais com base na altura em que eu não estava em funções.

Em relação ao Ministério Público, a minha única participação foi efetivamente a do caso que denunciei e mais nada.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, tem a palavra.

A Sr.<sup>a</sup> **Fabíola Cardoso** (BE): — Temos estado a falar essencialmente de recuperação de habitações.

Gostava de saber se é possível, relativamente ao município de Castanheira de Pera, ter uma ideia da percentagem do Fundo REVITA aplicado diretamente em recuperação de habitações.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Presidente, faça favor.

A Sr.<sup>a</sup> **Alda Maria das Neves Delgado Correia de Carvalho**: — Em 66 habitações, temos 26 que estão no fundo REVITA. Não sei em termos de percentagem, mas não chega a 40 e tal por cento.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, tem a palavra novamente.

A Sr.<sup>a</sup> **Fabíola Cardoso** (BE): — Foi dito aqui que ainda não foram recuperadas todas as habitações, mas é uma percentagem residual. Em relação ao montante global do Fundo, não só para recuperação de habitações, mas também para os outros objetivos, o Fundo foi completamente utilizado ou, no final de todos os pedidos de apoio, ainda sobrou dinheiro?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr.<sup>a</sup> Presidente.

A Sr.<sup>a</sup> **Alda Maria das Neves Delgado Correia de Carvalho**: — Penso que vai haver um saldo. Não sei se haverá alguma situação que tenha de ser elencada agora, com as suspensões dos processos que houve, e se haverá algum valor que tenha de ser acrescentado ao valor que o Fundo tinha disponível.

Posso dizer-lhe que, no caso de Castanheira de Pera, o fundo tinha disponível 1 363 000 € e, neste momento, já tem liquidado 1 248 000 €.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada Fabíola Cardoso, pode prosseguir.

A Sr.<sup>a</sup> **Fabíola Cardoso** (BE): — Sabendo que é uma pergunta geral, mas uma vez que foram levantadas aqui, em audições anteriores, questões sérias, gostaria de saber se seria possível fazer um balanço comparativo entre

o que aconteceu no município de Castanheira de Pera e o que aconteceu nos outros dois municípios. Considera que houve diferenças significativas? A que se deveram essas diferenças?

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Presidente, pode responder.

A Sr.<sup>a</sup> **Alda Maria das Neves Delgado Correia de Carvalho**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, não sei em concreto o que se passou nos outros dois municípios à minha volta.

Agora o que posso dizer-lhe é que isto foi uma tragédia que vitimizou os três concelhos e em proporções tais que, deixe-me dizer-lhe, a semana de 17 de junho, para mim, é um tormento recordá-la, com toda a pressão que se viveu naqueles dias. Realmente, foram momentos, horas que se viveram naqueles territórios... Pensámos que ficávamos lá todos! As vidas humanas que se perderam, os feridos graves, os amigos que deixámos de ver e que eram uma força da natureza naquele concelho estão sempre presentes.

No concelho de Castanheira, toda a gente ficou muito traumatizada e penso que toda a gente tentou fazer o melhor. Neste momento, a nossa obrigação é continuarmos e transformar esta tragédia numa oportunidade, o que não está a ser fácil, como devem compreender. Somos um concelho dos mais pequenos que o País tem, somos muito poucos, cada um faz a diferença e não é fácil. A avaliação que os outros municípios possam fazer, comparativamente com Castanheira, não posso fazê-la, porque não conheço em pormenor o que se passou nos outros municípios.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, tem a palavra.

A Sr.<sup>a</sup> **Fabíola Cardoso** (BE): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, reformulo, digamos assim, a minha pergunta.

Perante o tamanho da desgraça e o que aconteceu, de facto, se calhar até é um pouco injusto fazer esta pergunta, mesmo nestes moldes, mas considera que estes apoios contribuíram, de alguma maneira, para minorar os efeitos dessa tragédia que se abateu no concelho? Ou seja, o balanço final é positivo ou os aspetos negativos deste processo sobrepõem-se, eventualmente, aos positivos?

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Presidente, faça favor.

A Sr.<sup>a</sup> **Alda Maria das Neves Delgado Correia de Carvalho**: — Os apoios financeiros que os concelhos tiveram não vão, de forma alguma, minimizar a parte sentimental da população que habita naqueles territórios. Houve, efetivamente, uma ajuda na reposição daquilo que se perdeu.

Deixe-me dizer-lhe que, quando se fala em habitações permanentes e habitações secundárias, acho que, nestes territórios, as habitações secundárias são como se fossem permanentes, porque geram economia local que, de outra forma, nos penalizaram. Temos aldeias que, neste momento, parecem aldeias-fantasma, pois a maior parte das habitações, que eram secundárias, encontra-se ainda na mesma situação de 2017.

Agora, poder-se-ia ter sido feito mais? Com toda a certeza que podia! Foi o suficiente? Foi o que foi possível, à data, fazer-se!

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, tem a palavra.

A Sr.<sup>a</sup> **Fabíola Cardoso** (BE): — É difícil. Há coisas que não têm preço e que não se resolvem de qualquer maneira.

Ainda assim, Sr.<sup>a</sup> Presidente, atreveu-se aqui a utilizar uma palavra que acho que é muito importante: a palavra «oportunidade». Gostaria de terminar as minhas perguntas, pedindo-lhe para nos deixar aqui uma imagem

de uma oportunidade que tenha surgido desta situação. Ou seja, de que maneira é que esta terrível tragédia que se abateu também criou possibilidades novas, para uma zona que tanto precisa desses novos projetos e dessas novas ideias para conseguir olhar para o futuro de outra maneira e, também assim, contribuir para que situações como esta não aconteçam?

Acredito que é desenvolvendo estas regiões do interior e aproximando-as do resto do País que, de facto, também se conseguem impedir estas terríveis tragédias.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Presidente, uma oportunidade que tenha nascido desta tragédia? Existe?

A Sr.<sup>a</sup> **Alda Maria das Neves Delgado Correia de Carvalho**: — Não está concretizada. Acho que a oportunidade seria a floresta deixar de estar como estava. Mas, até este momento... Quando falamos de floresta, acho que todos temos noção de que não é de um dia para o outro que se consegue... Acho que faltam alguns apoios para que esta oportunidade de a floresta se reestruturar não fique perdida.

O Sr. **Presidente**: — Passaria, agora, a palavra ao Grupo Parlamentar do PCP.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Dias.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, queria cumprimentar a Sr.<sup>a</sup> Presidente Alda de Carvalho, agradecer-lhe e saudá-la pelo esforço que está aqui a fazer.

Comprendemos que o conhecimento que aqui transmite e que a responsabilidade que tem é no seu concelho, mas certamente conhece também muita da realidade dos outros concelhos. No entanto, a informação

que aqui nos traz é sobre o seu concelho, sobre os seus munícipes e sobre as consequências que o município sofreu com esta tragédia. Nós, por mais que tentemos caracterizar este drama e esta desgraça que se abateu sobre aqueles territórios, nunca teremos capacidade de o descrever da forma como o fazem aqueles que passaram por ele. A Sr.<sup>a</sup> Presidente não o disse, quase que o disse, mas nós dizemo-lo: as pessoas não são culpadas; são vítimas deste incêndio!

Nesse sentido, o PCP tem deixado muito clara a sua apreciação relativamente a toda esta situação e àquele que deve ser o trabalho desta Comissão.

Devemos tentar evitar e tudo fazer para que não se transformem estas vítimas em vigaristas, para que não se transformem estas vítimas em pessoas que usaram estratagemas e esquemas de negócios, mas, sim, apurar o que se perdeu, que apoios foram dados e, fazendo a avaliação entre o que se perdeu e o que foi recuperado, saber o que está por recuperar e por apoiar.

Sendo certo que é preciso tempo, desde logo combatemos a ideia de que, de um ano para o outro, tudo se resolve na questão dos incêndios, porque isso é impossível pois é preciso tempo e ir no caminho certo. Se não tivermos tempo e se não formos no caminho certo, certamente que não se resolverá nem de um ano para o outro nem em décadas.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente teve o cuidado de deixar aqui um «antes» e um «depois»: um «antes» de ter tomado posse e um «depois» de ter tomado posse.

Sr.<sup>a</sup> Presidente, tendo em consideração todo o mediatismo criado à volta da situação dos incêndios de junho de 2017 e a gravidade dos mesmos, não sentiu a Sr.<sup>a</sup> Presidente necessidade de escrutinar tudo aquilo que tinha sido feito até à sua tomada de posse?

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Presidente, para responder, tem a palavra.

A Sr.<sup>a</sup> **Alda Maria das Neves Delgado Correia de Carvalho**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado, não senti essa necessidade, dado o acompanhamento técnico que havia, à data, dos processos, sobre o qual me senti completamente à vontade quando cheguei.

Senti essa necessidade, sim, como já disse anteriormente, com a minha presença nas reuniões da Comissão Técnica, até para me aperceber e inteirar de como as coisas estavam, porque nem sequer tinha assento na Comissão Técnica e passei a acompanhar os técnicos do município.

Não senti essa necessidade, mas se tivesse sentido essa necessidade, se calhar, teria abordado o meu antecessor, o anterior presidente da câmara, o que faria todo o sentido, mas não tive essa necessidade.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado João Dias, tem a palavra.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, quando participou nessas reuniões da Comissão Técnica, apenas estava presente quando se discutiam processos de Castanheira de Pera, ou estava presente quando se discutiam processos de todos os outros concelhos?

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Presidente, tem a palavra.

A Sr.<sup>a</sup> **Alda Maria das Neves Delgado Correia de Carvalho**: — Sr. Deputado, estava presente algumas vezes quando se falava em Castanheira de Pera e outras vezes quando se falava nos outros concelhos. Mas a agenda da Comissão Técnica tinha os processos que iam ser analisados e os técnicos falavam sobre os processos que levavam, para, depois, decidirem se eram enviados ou se faltaria algum documento, para voltarem a ser devolvidos e, depois, levados novamente à Comissão Técnica. O meu papel era só este.

Tive um papel, efetivamente, em duas reuniões, que foram as reuniões de setembro e de outubro, quando fui levantar a situação da suspeição que me tinha sido transmitida de forma verbal, não de forma oficial, mas achei por bem — estávamos em setembro de 2018 — levantar antecipadamente a situação, para que não desse azo a que, efetivamente, pudéssemos estar perante alguma incoerência processual.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem a palavra.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, nessas reuniões, todos os processos, independentemente dos concelhos, eram tratados da mesma forma?

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Presidente, tem a palavra.

A Sr.<sup>a</sup> **Alda Maria das Neves Delgado Correia de Carvalho**: — Sr. Deputado, nas reuniões em que estive presente, sim, até porque eram tratados pelos técnicos. Os técnicos levavam os processos e eram analisados.

Deixe-me dizer-lhe outra coisa: a CCDR fazia a junção de toda a informação. Os processos eram levados com a informação que os serviços camarários tinham enviado e eram analisados para, depois, serem submetidos ao Conselho de Gestão.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem a palavra.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, ao que parece, a Câmara acabou por assumir as perdas em termos de segunda habitação. Já falou na relevância que a segunda habitação representa para estes territórios em termos de dinâmica económica. Neste momento, estamos mais numa fase de

não agravar o despovoamento. Nem conseguimos sequer começar a recuperar. Portanto, estas segundas habitações seriam fundamentais.

Tendo em consideração que é presidente da câmara de um concelho absolutamente afetado e que esteve presente nestas reuniões do Fundo REVITA, no seu entendimento, os apoios do Fundo REVITA estavam, ou não, vedados às segundas habitações?

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Presidente, tem a palavra.

A Sr.<sup>a</sup> **Alda Maria das Neves Delgado Correia de Carvalho**: — Sr. Deputado, por aquilo que sempre me foi transmitido e por aquilo que aconteceu no município de Castanheira de Pera, o entendimento foi o de que era para as primeiras habitações.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem a palavra.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, há uma coisa que se exige de quem tem responsabilidades, nomeadamente conhecer a lei.

Gostaria que me dissesse se conhece as leis e tudo o que foi produzido em termos de regulamentos, nomeadamente do Fundo REVITA. Em algum momento se diz que as segundas habitações não têm direito a apoio?

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Presidente, tem a palavra, para responder.

A Sr.<sup>a</sup> **Alda Maria das Neves Delgado Correia de Carvalho**: — Sr. Deputado, conheço a lei e sei que me está a falar na divergência em tudo aquilo que saiu... O primeiro regulamento que saiu, que nem sequer... E, depois, a alteração que houve ao regulamento do REVITA.

Mas, no entendimento do município de Castanheira de Pera, eram, efetivamente, para as primeiras habitações. Só assim faz sentido, quando cheguei a ver que, de 70 habitações, passaram para 66 posteriormente, porque foram retiradas duas habitações que foram consideradas de segunda habitação. Foi passado pouco tempo de eu ter chegado que essas habitações saíram. Havia 70, saíram seis e entraram mais duas novas à minha chegada, o que perfaz o total de habitações que temos, que é de 66.

Segundo o que me foi transmitido pelos técnicos, o critério era o de que fossem de primeira habitação, independentemente de também terem comentado toda a situação que se encontrava por definir, em relação ao que era primeira habitação, o que era habitação permanente, ou o que eram habitações secundárias.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem a palavra.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, o critério de primeira e de segunda habitação terá a ver com a prioridade e não com a exclusão e a eliminação dos apoios. Esta é a leitura que deveria ter sido feita. Se não fosse isso, se calhar, provavelmente, nem a própria Câmara teria assumido, também ela, a prioridade de intervenção.

Sabemos que os montantes do Fundo REVITA e os montantes dos apoios não eram ilimitados. Como acompanhou as reuniões do Fundo REVITA, gostaria que nos dissesse, com a informação que tem, neste momento, se foi esgotado todo o Fundo REVITA.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Presidente, tem a palavra, para responder.

A Sr.<sup>a</sup> **Alda Maria das Neves Delgado Correia de Carvalho**: — Sr. Deputado, já tive a oportunidade de responder a essa questão. O Fundo não

tem o saldo completamente esgotado, mas ainda não estão completamente concluídas as habitações cujas obras estão em curso.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, devolvo-lhe a palavra.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, considera, portanto, que ainda existe fundo que permitiria canalizar dinheiro para segundas habitações, depois de responder prioritariamente à questão das primeiras habitações.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Presidente, tem a palavra.

A Sr.<sup>a</sup> **Alda Maria das Neves Delgado Correia de Carvalho**: — Sr. Deputado, isso seria ótimo para estes territórios, se houvesse essa disponibilidade. Não sei se chegará a todos aqueles que perderam a segunda habitação.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem a palavra.

O Sr. **João Dias** (PCP): — A Sr.<sup>a</sup> Presidente disse que duas habitações foram retiradas – aliás, uma das habitações até foi retirada e, depois, retomada como tendo direito. Entendemos que a eliminação foi errada, mas, afinal de contas, essa avaliação intermédia de que não teria direito a apoio foi, felizmente, corrigida.

Tem conhecimento de alguma situação que tenha ficado por apoiar, devido a esta pressão mediática e a este alarmismo todo que foi criado, tendo em consideração o aperto que houve em termos de regras?

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Presidente, tem a palavra.

A Sr.<sup>a</sup> **Alda Maria das Neves Delgado Correia de Carvalho**: — Sr. Deputado, aquilo que aconteceu no concelho foi uma suspensão. Estava a falar da suspensão da reconstrução de uma habitação, por ter sido abordada com a informação de que não se tratava de uma primeira habitação, mas, sim, de uma segunda habitação. Denunciei a situação à Comissão Técnica e à CCDR e o caso esteve em investigação no Ministério Público, que, no final do ano passado, veio dizer que a reconstrução da habitação podia prosseguir. O REVITA também nos veio dar a indicação de que, dado o levantamento do entendimento do Ministério Público, efetivamente, a reconstrução da habitação podia ser concluída.

Por isso é que lhe estava a dizer que não sei qual vai ser o montante exato do fundo disponível do REVITA.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado João Dias, tem a palavra.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, queremos que este assunto das segundas habitações fique claro, no sentido de que os apoios podiam ter sido canalizados para as segundas habitações, para as habitações não permanentes.

Haveria um critério de prioridade. Entendemos isso e, aliás, também o defendemos, porque quem ficou sem teto teria prioridade, em termos da recuperação. No entanto, o património das pessoas mantinha-se na sua posse e deveria ter sido recuperado, independentemente de ser primeira ou segunda habitação. Se uma pessoa que reside em Braga e, porventura, no concelho da Vidigueira, no distrito de Beja, tiver uma habitação que venha a arder, terá o direito a que ela seja recuperada, tendo em consideração os apoios que possam ser dados e não o facto de ser segunda ou terceira habitação.

Há uma secundarização dos apoios à reposição do potencial produtivo, apesar da enorme importância que a recuperação do potencial produtivo representa para estes territórios.

Que interpretação e avaliação faz a Sr.<sup>a</sup> Presidente desta importante ajuda que podia ter sido dada, em termos da reposição do potencial produtivo na agricultura e na pecuária?

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Presidente, tem a palavra, para responder.

A Sr.<sup>a</sup> **Alda Maria das Neves Delgado Correia de Carvalho**: — Sr. Deputado, não sei se a capacidade produtiva foi reposta, mas a DRAP Centro esteve no terreno a fazer o levantamento das perdas que existiram em junho de 2017.

O levantamento foi feito e tenho conhecimento de que foram indemnizados, de que receberam indemnização. Agora, não lhe posso dizer é quanto foi, qual foi o valor por concelho, porque foi um processo que, depois, foi acompanhado pela DRAP Centro e os municípios não tiveram conhecimento do montante das indemnizações.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado João Dias, tem a palavra.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, acompanhou o processo das segundas habitações e a recuperação das habitações, mas não acompanhou com tanta proximidade a recuperação do potencial produtivo.

Andámos a dizer que os processos do potencial produtivo eram bastante complexos. Aliás, temos conhecimento de pessoas que se candidataram a montantes inferiores de apoios, nomeadamente aos 5000 €, porque candidatarem-se aos apoios para perdas maiores seria de tal complexidade que não tinham condições para fazê-lo.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente tem conhecimento de alguma situação dessas?

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Presidente, tem a palavra.

A Sr.<sup>a</sup> **Alda Maria das Neves Delgado Correia de Carvalho**: — Sr. Deputado, que me tenha sido dado conhecimento, não, mas sabia que, efetivamente, todos os apoios que fossem abaixo de 5000 € tinham um procedimento e todos aqueles que fossem acima dos 5000 € tinham um procedimento muito mais complexo.

Entendo perfeitamente que, para pessoas que se dedicam à agricultura, da faixa etária que temos nestes territórios, mesmo para os apoios superiores a 5000 €, era uma tramitação processual bastante complexa.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem a palavra.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, concorda, portanto, com o PCP, quanto ao entendimento de que os processos de candidaturas à recuperação do potencial produtivo eram absolutamente burocráticos e, muitas das vezes, retiravam as pessoas da candidatura a esses apoios.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Presidente, tem a palavra.

A Sr.<sup>a</sup> **Alda Maria das Neves Delgado Correia de Carvalho**: — Sr. Deputado, não lhe posso confirmar isso, porque aquilo que me foi transmitido foi que a DRAP esteve a fazer o levantamento no território. Agora, da fase processual, não sei. Penso que, segundo o que me foi dito, existia uma plataforma e os funcionários do município até se disponibilizavam para ajudar as pessoas a fazer a inserção dos dados nessa plataforma. Mas não tenho conhecimento de nenhuma situação dessas, que

me tenha sido transmitida. Conheço o processo e era, efetivamente, pedida uma série de documentação que tornava o processo muito mais moroso e muito menos célere do que o processo dos apoios até aos 5000 €.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem a palavra.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, estar a dizer-nos que não tem conhecimento não quer dizer que não tenha existido.

Quanto ao abandono da agricultura, conhece algum caso de quem tenha abandonado a agricultura por não ter tido a reposição do potencial produtivo e também por causa da perda de rendimentos derivada da não reposição do potencial produtivo?

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Presidente, tem a palavra.

A Sr.<sup>a</sup> **Alda Maria das Neves Delgado Correia de Carvalho**: — Sr. Deputado, no caso do concelho de Castanheira, estamos a falar muito de agricultura familiar. Se tenho conhecimento de que alguém tenha deixado de produzir, com toda a franqueza — não quer dizer que não exista —, não tenho conhecimento se há ou não, porque as pessoas continuam a trabalhar na agricultura da forma como trabalhavam anteriormente.

Em termos de rendimento, não há dúvida nenhuma de que não fazem muito rendimento da agricultura, porque não temos explorações agrícolas em que as pessoas estejam a sobreviver dessa exploração agrícola.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Sr. Presidente, posso ainda fazer uma última pergunta, com a mesma tolerância que deu aos outros grupos parlamentares?

O Sr. **Presidente**: — Sou muito tolerante, portanto, faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Obrigado, Sr. Presidente.

Queria só perguntar à Sr.<sup>a</sup> Presidente se conhece alguém que tenha abandonado o território em virtude destes incêndios.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Presidente, tem a palavra.

A Sr.<sup>a</sup> **Alda Maria das Neves Delgado Correia de Carvalho**: — Sr. Deputado, se alguém abandonou o território, em virtude dos incêndios, que me esteja a lembrar, agora não tenho isso presente. Não quer dizer que não tenha acontecido, mas não posso confirmar com toda a certeza.

O Sr. **Presidente**: — Darei, agora, a palavra ao Sr. Deputado João Pinho de Almeida, do Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, queria cumprimentar a Sr.<sup>a</sup> Presidente e enquadrar esta minha intervenção.

Acabei de chegar vindo de outra Comissão e, portanto, vou abster-me de fazer as perguntas iniciais que tinha para fazer, porque imagino que elas já tenham sido feitas por outros Srs. Deputados. Se, entretanto, me aperceber que elas não foram feitas, poderei voltar a elas.

Vou passar a colocar algumas questões mais concretas, ocupando menos tempo e não estando a repetir questões.

Sr.<sup>a</sup> Presidente, a primeira pergunta que quero fazer é a seguinte: que opinião tem da criação e funcionamento do Fundo REVITA?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr.<sup>a</sup> Presidente.

A Sr.<sup>a</sup> **Alda Maria das Neves Delgado Correia de Carvalho**: — A opinião é a de que devia haver um mecanismo subjacente a todos os apoios que houve. Se me pergunta se no Fundo REVITA, na conceção, foram tidas em linha de conta algumas condicionantes, se calhar não foram.

Mas eu sou daquelas pessoas que diz que, na altura em tudo isto aconteceu e com a dimensão da tragédia, as pessoas tentaram fazer o melhor possível. Apesar de eu não estar ainda no exercício de funções, acho que o objetivo era o melhor; agora, com o andar do processo, pode ter-se chegado à conclusão de que, se calhar, outras coisas poderiam ter sido alteradas, poderiam ter sido melhoradas para que, até mesmo em termos de atribuição, estivesse definido e não houvesse a indefinição de que ainda agora falámos, ou seja, se eram todas, se eram só as primeiras ou se eram as segundas habitações. Aí, sim, poderia...

Certamente que se fosse neste momento, atendendo a toda a experiência que está para trás, também tenho a certeza que não seria concebido da forma que foi anteriormente.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado João Pinho de Almeida, a sua pergunta foi completamente nova.

Faça favor de continuar.

O Sr. **João Pinho de Almeida (CDS-PP)**: — Sr.<sup>a</sup> Presidente, embora à data não estivesse em funções, entende que as regras iniciais que foram definidas pelo Fundo REVITA eram suficientemente amplas e claras para poderem ser aplicadas com eficiência?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr.<sup>a</sup> Presidente.

A Sr.<sup>a</sup> **Alda Maria das Neves Delgado Correia de Carvalho**: — Penso que não estavam tão claras e objetivas como se pretendia. Daí haver a alteração legislativa no regulamento do Fundo e tudo isso.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado João Pinho de Almeida, faça favor.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — E essas alterações foram suficientes para as insuficiências que se iam detetando ou poderíamos dizer que as regras andaram sempre atrás dos problemas e não os conseguiram antecipar nem dar-lhes resposta atempada?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr.<sup>a</sup> Presidente.

A Sr.<sup>a</sup> **Alda Maria das Neves Delgado Correia de Carvalho**: — Sr. Deputado, acho que vou bater na resposta que lhe dei anteriormente. Efetivamente, era tudo tão novo para toda a gente, foi tudo tão a correr que, se calhar, algumas precauções que deveriam ter sido tomadas não o foram.

Apesar da alteração, posso dizer-lhe — e já o referi em intervenções anteriores — que, efetivamente, no município de Castanheira de Pera, quando lá cheguei, o entendimento que havia era que o Fundo era para as primeiras habitações, independentemente de isso não estar claro desde o início.

O município aceitou todos os requerimentos, quer fossem de primeira, quer fossem de segunda habitação, mas, depois, quando se foi fazer a triagem e ver aquilo que era ou não enquadrado... Foi sempre isso que me foi transmitido desde o momento em que cheguei.

Já referi que quando cheguei tinha 70 habitações, que agora estão em 66, porque houve algumas saídas e duas entradas perfeitamente justificáveis.

Portanto, não houve muita oscilação entre aquilo que havia quando cheguei, em outubro, e aquilo que se encontra atualmente e essa dúvida não me foi transmitida pelos técnicos.

Que havia muita indefinição no início, até mesmo na elaboração do processo, havia. É que no início nem sequer havia requerimento REVITA; havia um modelo que estava nos municípios e que estes aceitavam como requerimento. Depois, quando foi criado o Regulamento, é que foi apareceu também o impresso para que as pessoas pudessem declarar, inclusivamente, o apetrechamento que está também junto à ficha de reclamação dos prejuízos.

Por isso, não foi fácil ao início, com toda a certeza, para quem estava no terreno.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado João Pinho de Almeida, faça favor.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Percebo, Sr.<sup>a</sup> Presidente, mas há aqui uma questão. Felizmente, nunca houve uma catástrofe desta dimensão no concelho, mas o País já lidou com catástrofes ao longo da sua história e em vários casos com necessidade de reconstrução de habitações, em zonas tão variadas como Lisboa, Alentejo e as duas regiões autónomas. Portanto, para o Estado — e por isso é que pergunto pelo Fundo REVITA — não era novidade lidar com este tipo de situação.

O que pergunto, parecendo-me a resposta evidente, é se o Estado, ali representado pelo Fundo REVITA, parecia habilitado a lidar com uma situação extrema como esta, se parecia alguém que já o tinha feito no passado ou se parecia alguém que estava a lidar com uma situação destas pela primeira vez?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr.<sup>a</sup> Presidente.

A Sr.<sup>a</sup> **Alda Maria das Neves Delgado Correia de Carvalho**: — Sr. Deputado, isso não lhe posso estar a dizer. Como disse, na altura, eu não estava presente.

Agora, se há experiências anteriores e se correram melhor do que esta... Mas não tenho presente alguma catástrofe com a dimensão desta de Pedrogão, com 66 mortes, com mais de 200 feridos, alguns em estado grave, com esta área ardida e com habitações, com o peso que teve nos três concelhos, sendo certo que com mais significado nos concelhos de Castanheira de Pera e de Pedrógão Grande.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado João Pinho de Almeida, faça favor.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Eu não estava a questionar a dimensão, muito menos a tragédia humana, que, obviamente, não está sequer em causa. Estamos a falar da parte da reabilitação urbana e da reconstrução, que, designadamente em situações de terramoto, teve de facto um impacto muito significativo nos casos que referi.

O que lhe queria perguntar agora, Sr.<sup>a</sup> Presidente, era o seguinte: disse-nos que estava convencida que só poderiam ser as primeiras habitações, que a interpretação era que só poderiam ser de primeira habitação. Como é que era aferida a distinção entre uma primeira habitação, uma segunda habitação ou uma habitação de um emigrante?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr.<sup>a</sup> Presidente.

A Sr.<sup>a</sup> **Alda Maria das Neves Delgado Correia de Carvalho**: — Aquilo que me foi dito foi que era pelos documentos, pelo conhecimento e pelas visitas efetuadas ao local que foi aferido se era primeira ou segunda

habitação. Até porque, deixe-me dizer, em outubro de 2017 ainda havia duas segundas habitações que estavam incluídas nestas 70 e que depois foram retiradas.

Temos também o caso de uma primeira habitação que só foi reclamada após um ano, porque era de uma senhora que esteve hospitalizada, veio para Lisboa e só depois é que foi apresentar o requerimento, assim como tivemos uma outra situação fora de contexto, que foi até sinalizada pela segurança social, a de um telhado que sofreu danos; enquanto não choveu estava tudo bem, mas quando começou a chover teve de ser incluído também nas habitações a recuperar.

Em Castanheira, o que me foi transmitido — e estou a falar de outubro de 2017 — foi que havia já essa noção, sendo certo que o município recebia todos os requerimentos, fossem de primeira ou de segunda habitação. Isso permitiu, inclusivamente, fazerem um trabalho para aquilo que criámos agora, um regulamento para apoio às segundas habitações, e serviu de base para contactarmos agora essas pessoas para ver se, efetivamente, estavam na disposição, se tinham possibilidades, para reconstruir a segunda habitação.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado João Pinho de Almeida, faça favor.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, mas isso era pelas visitas no terreno. Visitas feitas por quem? Pergunto-lhe também acerca do critério formal, porque para instrução do processo teria de haver um critério formal que definisse que a pessoa *x* tinha uma primeira habitação e a pessoa *y* tinha uma segunda habitação.

Pergunto: essas visitas, esse acompanhamento era feito por quem? E, do ponto de vista formal, qual era o critério formal distintivo?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr.<sup>a</sup> Presidente.

A Sr.<sup>a</sup> **Alda Maria das Neves Delgado Correia de Carvalho**: — Estou a falar dos levantamentos e por aquilo que me foi transmitido à data. Aquilo que me foi transmitido foi que tínhamos técnicos dos municípios, técnicos da CCDR, técnicos do IRHU e técnicos da segurança social. Havia equipas que se subdividiam para fazerem o levantamento; houve muitos que não conseguiram fazê-lo à data porque as pessoas ou não estavam em casa ou por outras condicionantes. A partir daí, as próprias pessoas também se deslocavam ao município para reclamar os danos que tinham tido no incêndio.

Apesar deste trabalho de proximidade que foi feito e de se andar no terreno a fazer o levantamento daquilo que havia para recuperar, depois havia o requerimento e a entrega de documentação.

Posso dizer que o município de Castanheira de Pera pedia a caderneta predial, a certidão da Conservatória do Registo Predial — chamo a atenção que há muitas omissas na Conservatória e esse foi outro problema que tivemos —, pedia inclusivamente a habilitação de herdeiros, em situações em que a era a habilitação, e ainda havia outro documento que era — e há bocadinho falei dele, mas de que agora não me recordo... Ah, a fatura da EDP ou da água. Aliás, no formulário do REVITA estão os documentos que é necessário entregar.

Aquilo que me foi dito quanto à habilitação foi que a pediam para confirmar se estava ou não habilitado e se era proprietário do edifício.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado João Pinho de Almeida, faça favor.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — E a questão do domicílio fiscal era ou não relevante? Passava por cima desses outros critérios ou não?

Por exemplo, alguém que não aparecesse como proprietário na caderneta predial nem na habilitação de herdeiros, se tivesse como domicílio fiscal aquela casa podia reclamá-la como primeira habitação?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr.<sup>a</sup> Presidente.

A Sr.<sup>a</sup> **Alda Maria das Neves Delgado Correia de Carvalho**: — Não sei se houve alguma situação assim, mas o caso que denunciei junto da CCDR e da Comissão Técnica foi precisamente uma dessas situações em que a fatura da EDP tinha uma morada diferente daquela da habitação. E porquê? Porque o senhor trabalha no estrangeiro, onde passa a maior parte do tempo e, então, a fatura da luz estava com a morada da residência da filha.

Mais: efetivamente, ele até tinha alterado há pouco tempo — não lhe posso precisar se foi antes ou depois — o domicílio fiscal. Ele estava numa situação de divórcio, já estava a viver naquela habitação, tinha-a recuperado há pouco tempo, e, por isso, é que se levantou a confusão de dizer que se tratava de uma segunda habitação e não de uma primeira. Depois o Ministério Público veio a confirmar que não havia suspeição nenhuma de segunda habitação e levantou a suspensão que havia, assim como o REVITA também e, nesta fase, é uma das habitações que está em curso, porque só em março é que demos autorização para continuar a construção.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado João Pinho de Almeida, faça favor.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, obviamente que, do ponto de vista social, estamos nesta Comissão a discutir uma distinção entre primeiras e segundas habitações que tem muito menos significado do ponto de vista social do que tem do ponto de vista formal na discussão que aqui estamos a ter.

Queria deixar claro que, também para o CDS, nas várias vezes que fomos ao terreno, e eu também lá estive, também do ponto de vista social e ainda mais no terreno e falando com as pessoas, esta não é questão que se pudesse distinguir, mas, obviamente, na aplicação dos critérios tinha de ser assim – aliás, era normal que todos aqueles que intervieram no processo quisessem que todas as habitações fossem reconstruídas e não apenas as de primeira habitação.

Já nesta Comissão, tivemos informação que, por exemplo, num outro município, houve pedidos à CCDR para que esta, junto de entidades que tinham recolhido donativos, sensibilizasse essas entidades para a reconstrução de algumas das segundas habitações.

Pergunto: tem conhecimento, anterior ou já na sua presidência, de alguma interação com a CCDR ou com alguma entidade privada que tenha tido intervenção social no território de Castanheira de Pera no sentido de haver reconstrução de segundas habitações e, no caso de ter existido, se a escolha dessas segundas habitações a reabilitar era feita por essas entidades, era feita pela CCDR, era feita pelo REVITA, ou era feita pela câmara municipal?

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Presidente, tem a palavra, para responder.

A Sr.<sup>a</sup> **Alda Maria das Neves Delgado Correia de Carvalho**: — Sr. Deputado, à data em que cheguei já todas as habitações se encontravam subdivididas pelas entidades que estavam no terreno, como a União das Misericórdias Portuguesas, como a SIC Esperança... Todas elas estavam já atribuídas. Qual foi o critério? Não sei qual foi.

Se tenho conhecimento de que a CCDR tenha sido interpelada? Não tenho conhecimento, nem o fiz, enquanto representante do Município de Castanheira de Pera, junto da CCDR. A única intervenção que tive nas

reabilitações, com a CCDR, foi, efetivamente, a cooperação dos técnicos da CCDR, na fase inicial, em que cheguei e em que, efetivamente, eles estiveram ali. Na altura, em outubro, tínhamos muitas casas, muitas habitações de reconstrução total ainda por iniciar e os técnicos estiveram no Município de Castanheira de Pera para me fazer o ponto da situação de como estas estavam, para tentarmos impulsionar as reconstruções.

Ainda há pouco o disse: lamento que, ao fim de três anos, ainda tenha três habitações que não se encontram completamente concluídas. Embora estando justificadas, já não há justificação para quem, efetivamente, tinha a primeira habitação não estar já na sua casa e no seu espaço, porque já bem basta as pessoas terem perdido as memórias de uma vida, não só das próprias pessoas, como dos seus antepassados, como aconteceu.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, estou completamente de acordo com o que acaba de dizer.

Na pergunta que fiz estava a falar das segundas habitações. Quando assumiu funções, também as segundas habitações já estavam todas consagradas para processo de reconstrução?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr.<sup>a</sup> Presidente.

A Sr.<sup>a</sup> **Alda Maria das Neves Delgado Correia de Carvalho**: — Sr. Deputado, não estavam. Não estavam, nem houve... Aquilo que o Município de Castanheira de Pera fez foi, com base no Decreto-Lei n.º 142/2017, criar um regulamento para apoio às segundas habitações.

Já tive oportunidade de o referir, mas não me cansarei de o fazer: as segundas habitações em territórios como Castanheira de Pera são como se

fossem uma primeira habitação. Acho que, efetivamente, tudo aquilo que foi perdido devia ser repostado. Mas aquilo que temos...

Também lhe posso dizer que as pessoas ou não têm disponibilidade, ou já não querem ir àquele território, ou têm medo do que possa acontecer no futuro.

Tínhamos cerca de 64 segundas habitações e anexos — não estou a falar só de habitações — e posso dizer-lhe que tivemos 16 interessados em irem, nas condições em que oferecemos, porque somos um município com poucos recursos financeiros e, portanto, fizemo-lo com um apoio a 30%. E tomáramos nós, mesmo assim... Se contabilizássemos as 104 habitações com 24 000 € cada uma, já era um endividamento excessivo para o município. Mas, fizemo-lo com todas as boas vontades e estávamos lá para apoiar, porque, volto a dizer, estes territórios...

Deixem-me também dizer-vos outra coisa: há muita gente que tem o domicílio fiscal em Lisboa, mas que já está na idade da reforma. E o que acontece é que estão a viver naqueles territórios, só têm o domicílio fiscal em Lisboa por uma questão de saúde, porque vêm a Lisboa por uma questão de saúde, ou porque têm cá outra habitação, mas a maior parte do tempo residem nestes concelhos.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Pois, é isso.

Por isso é que o domicílio fiscal é um critério que cria distorções e iniquidades muitas vezes.

Queria perguntar-lhe outra coisa, Sr.<sup>a</sup> Presidente. Houve polémica, casos de denúncias ou de impugnações, relativamente ao tipo de reconstrução que foi feita? Isto é, por exemplo, sobre a tipologia da casa reconstruída divergir da tipologia da casa original; de não serem consagradas

áreas que os proprietários reclamavam como sendo as áreas habitacionais e que vieram a ser desconsideradas como áreas habitacionais, ou o contrário, de áreas não habitacionais que vieram a ser consideradas como áreas habitacionais? Houve esse tipo de polémicas e de divergências?

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Presidente, tem a palavra, para responder.

A Sr.<sup>a</sup> **Alda Maria das Neves Delgado Correia de Carvalho**: — No concelho de Castanheira não tive esse tipo de divergência.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem a palavra.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Para a verificação desse processo e da conformidade das reconstruções com aquilo que tinha sido aprovado e com aquilo que tinha sido apoiado, qual era a entidade que fazia essa fiscalização? E como é que essa fiscalização era feita?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr.<sup>a</sup> Presidente.

A Sr.<sup>a</sup> **Alda Maria das Neves Delgado Correia de Carvalho**: — Quanto à fiscalização, na fase de construção, é o município que envia os pedidos de pagamento para a CCDR, que, por sua vez, depois, envia ao Conselho de Gestão.

Quando fazemos um pedido de pagamento há sempre um relatório da fase em que se encontra a obra, com prova fotográfica. Ou seja, os técnicos do município — continuamos a falar nos técnicos do município — vão à obra, veem a evolução da obra e fazem o auto consoante o valor que se encontra na fatura. Confirmam o valor que está na fatura com o auto que, na perspectiva deles, que são técnicos, corresponde ao que está a ser faturado.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, portanto, eram autos de medição, feitos normalmente, e depois era a CCDR que fazia o pagamento, que transferia para a câmara?

A Sr.<sup>a</sup> **Alda Maria das Neves Delgado Correia de Carvalho**: — Não.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Então, como é que era feito o pagamento, Sr.<sup>a</sup> Presidente?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr.<sup>a</sup> Presidente.

A Sr.<sup>a</sup> **Alda Maria das Neves Delgado Correia de Carvalho**: — O pagamento é efetuado pelo Conselho de Gestão do Fundo REVITA.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Pois...

É exatamente por isso que ia perguntar: qual era o papel fiscalizador da entidade que pagava, o Fundo REVITA? É que, se os autos de medição eram enviados para a CCDR e quem pagava era o Fundo REVITA, qual era a relação que existia entre a prova da obra realizada e o pagamento autorizado?

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Presidente, tem a palavra, para responder.

A Sr.<sup>a</sup> **Alda Maria das Neves Delgado Correia de Carvalho**: — O pagamento ia com a emissão da fatura, com o auto de medição para o

Conselho de Gestão. A CCRD enviava aquilo que o município lhe enviava — aliás, só preciso de encontrar aqui uma fatura para lhe mostrar o que é enviado ao Conselho de Gestão para emitir o pagamento das faturas.

*Pausa.*

Portanto, vai a fatura, vai o parecer do município, que vai confirmar o auto de medição, vai o pedido de pagamento e, depois, a CCDR junta uma informação, em formato digital, para o Fundo REVITA e o Fundo REVITA, na base destes documentos, é que procede ao pagamento do valor solicitado.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem a palavra.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, do ponto de vista da instrução do processo, isso parece-me tudo certo.

O que é normal é, em processos deste género, haver, pelo menos por amostragem, uma fiscalização de que uma instrução de processo, formalmente corretíssima, tem, depois, uma verificação no terreno, de conformidade.

O que pergunto é se, alguma vez, o Fundo REVITA foi, com algum desses processos, ao terreno verificar se, efetivamente, tudo aquilo que estava bem instruído do ponto de vista formal, correspondia ao que, materialmente, estava executado.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para responder, Sr.<sup>a</sup> Presidente.

A Sr.<sup>a</sup> **Alda Maria das Neves Delgado Correia de Carvalho**: — Não foi o Conselho de Gestão, mas foi a Comissão Técnica. A Comissão Técnica, algumas vezes, foi ao terreno, com os técnicos do município, com os técnicos

da Unidade de Missão para a Valorização do Interior, que também faziam parte, e com os técnicos da CCDR ao local. Foram várias vezes, que eu tenha conhecimento.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Encerramos a primeira ronda, com esta intervenção.

Como os Srs. Deputados sabem, a segunda ronda será de 5 minutos por cada grupo parlamentar, de forma seguida, sendo que V. Ex.<sup>a</sup> responderá, de uma só vez, tendo, para tal, tempo igual à soma do tempo usado pelos Deputados.

Assim sendo, dou a palavra ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Tem a palavra, Sr. Deputado Hugo Costa.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Sr. Presidente, aproveito para cumprimentar, novamente, a Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara Municipal de Castanheira de Pera e, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, deixo uma palavra de apreço para a população de Castanheira de Pera, porque, como outros já disseram aqui, não queremos transformar as vítimas em culpados ou em burlões e a população de Castanheira de Pera sofreu muito, como as outras populações de outros concelhos com esta situação.

Há algumas perguntas que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista queria colocar nesta segunda ronda.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente ainda não o era no momento dos incêndios, era Presidente o Sr. Fernando Lopes, penso eu, mas faço-lhe uma pergunta, até como habitante de Castanheira de Pera: qual era o sentimento geral? Certamente havia um grande desespero. As pessoas tinham todos os

documentos para fazerem as candidaturas, ou não tinham? Qual é que era a situação? É, pois, importante percebermos, também, qual era o sentimento da população, naquele momento.

Depois, e muito bem, a Sr.<sup>a</sup> Presidente coloca confiança nos técnicos do município que lhe transmitiam os dados. Podemos pressupor que era essa a base em que toda a gente tratava, ou seja, com base na confiança no que os técnicos lhe diziam?

Outra pergunta que se nos coloca tem que ver com o que refere sobre enviar os dados para a CCDR. Falou em enviar os dados para a CCDR mas, pelo que vemos no Regulamento, o envio era para a Comissão Técnica. Da Comissão Técnica faziam parte a CCDR, os municípios e também a Unidade de Missão para a Valorização do Interior. Por que é que menciona apenas a CCDR? Os municípios não estavam representados? Qual era o papel dos municípios nessa Comissão Técnica?

Tendo estado, como já disse, presente em várias reuniões da Comissão Técnica, alguma vez teve dúvidas, quer em relação a Castanheira, quer em relação a processos de outros concelhos? Como é que era, do ponto de vista técnico, feita a seriação dos mesmos dados? É importante também compreendermos essa situação.

Já foi aqui muito debatida a questão da segunda habitação, a questão do Fundo REVITA, e queríamos questionar a Sr.<sup>a</sup> Presidente sobre onde encontra, do ponto de vista legal, a afirmação de que o Fundo REVITA não se aplica à segunda habitação. Percebemos que pode ser decidida uma interpretação como aquela que o Município de Castanheira de Pera fez, mas onde é que isso é explicitado?

Outra dúvida com que ficámos foi em relação ao Decreto-Lei n.º 142/2017, que a Sr.<sup>a</sup> Presidente referiu, para apoios que o município de Castanheira de Pera colocou à disposição para a reconstrução da segunda habitação.

Tanto quanto pude fazer a pesquisa, era um decreto-lei sobre os fogos de outubro que, depois, teve algumas aplicações relativas aos fogos de junho, mas não encontro a possibilidade de fazer aplicação a uma segunda habitação nesse decreto-lei. Pode ter sido incapacidade na pesquisa, por isso questionava também como é que, através desse decreto-lei, podia estender-se o apoio para segundas habitações atingidas pelos incêndios.

No Grupo Parlamentar do Partido Socialista valorizamos muito o papel dos municípios, que isto fique claro. Ontem, aqui, em audição, alguém falava quase de uma tutela dos municípios, que era a favor da descentralização, mas que era necessário que essa descentralização fosse feita com alguma tutela acompanhada, e estou a referir isto para que seja claro que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista defende que os municípios tenham a autonomia e reconhece a importância dos municípios. Foi isso também que esteve na base dos vários regulamentos elaborados pelo próprio Governo.

Disse, e muito bem, que, quanto ao Fundo REVITA, certamente as pessoas fizeram o melhor que podiam, a cada momento, e com os dados que tinham, por isso, pergunto-lhe se, no fundo, o balanço da aplicação deste Fundo acaba por ser positivo, tendo como base a altura em que ele foi criado, os dados que existiam e também todo o acompanhamento e as leis sucessivas, algumas, até, relativas aos fogos de outubro e que, depois, se aplicaram, retroativamente, aos fogos de junho.

Deixo este último minuto para uma questão muito concreta e quero ser muito claro e repetir que achamos que o município de Castanheira de Pera, como todos os municípios, fizeram o melhor que estava ao seu alcance, em cada momento.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente referiu casos de telhados que foram recuperados no inverno. Acontece que o Sr. Arq. Victor Reis, que esteve aqui, ontem, numa entrevista à *Visão* diz que o caso de Pedrógão é grave, comparativamente aos

outros casos. E um dos casos que cita é dos telhados, que só se estragaram no inverno e, vu citar: «...é uma questão técnica, que tem a ver com aquela ‘conversa da treta’, ou aquela peta, de que os telhados começaram a meter água quando chegou o inverno. Sabemos nós que as telhas, mesmo que artesanais, são cozidas e feitas em fornos a centenas de graus, por isso, seria impossível deteriorarem-se com os incêndios». O Sr. Arq. Victor Reis, que cá esteve ontem, a pedido do PSD, disse isto numa entrevista à *Visão* e referiu mesmo que eram telhados de manteiga...

Não colocamos em causa o processo de Castanheira de Pera, mas apenas perguntamos se confirma que existiram telhados que foram recuperados. Por isso, além de Pedrógão, tivemos, nas mesmas circunstâncias, também em Castanheira de Pera, telhados que, segundo o Arquitecto Victor Reis, seriam de manteiga?!... Afinal, não era só Pedrógão Grande que tinha esta situação.

O Sr. **Presidente**: — Dou, agora, a palavra ao Sr. Deputado Hugo Oliveira, do PSD.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Sr. Presidente, quero reiterar aqui o que a Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara disse, e pedir-lhe que confirme se percebi bem, que, de facto, não havia... ou melhor, a interpretação que o município teve foi a de que não se aplicava o REVITA a segundas habitações. Essa é uma questão.

A segunda: quando surgiu o REVITA, a 13 de julho, se não estou em erro, havia já a entrega de documentação, com formulários próprios a cada um dos municípios. Sabe dizer-me quais as diferenças que havia entre esses formulários e depois os do REVITA?

Outra questão tem a ver com o facto de ter dito há pouco que das 66 reabilitações foram 26 do REVITA e por certo que as outros foram de outras

instituições. Se me souber dizer quais foram as instituições e que origem tiveram os apoios dessas instituições, agradeço.

Depois gostava de lhe perguntar... Aliás, ainda sobre esta questão dos formulários queria dar nota que tive oportunidade de estar agora no *site* do Fundo REVITA que hoje está a funcionar. Curiosamente, hoje está a funcionar!

A Sr.<sup>a</sup> **Eurídice Pereira** (PS): — Ah! Ah! Ah!

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Queria ainda perguntar-lhe o seguinte: há pouco questioneei-a sobre os donativos em espécie e falou-me na Associação Médicos do Mundo. Queria perceber se ainda estão no terreno e qual foi e é o papel dessa associação.

Por último, ainda gostava de lhe colocar uma questão: se percebi bem, fazia total confiança na Comissão Técnica pela presença não somente dos técnicos dos municípios, mas também dos técnicos da CCDR que lhe davam essa confiança no que toca às decisões tomadas.

Na presença que teve nessas reuniões, pergunto se algum técnico, de algum dos municípios, colocou em algum momento em causa as decisões e o que foi apresentado por cada um dos outros municípios na Comissão Técnica. Isto porque é importante perceber qual foi, de facto, o posicionamento em cada uma dessas reuniões da Comissão Técnica.

Para já, fico-me por aqui.

O Sr. **Presidente**: — Assim sendo, dou a palavra à Sr.<sup>a</sup> Deputada Fabíola Cardoso, do Bloco de Esquerda.

A Sr.<sup>a</sup> **Fabíola Cardoso** (BE): — Sr. Presidente, nesta segunda ronda, gostaria de colocar questões mais gerais, mas gostava de respostas o mais objetivas possível.

Todos conhecemos a realidade, o Bloco de Esquerda também teve a oportunidade de estar próximo das populações e no terreno e estamos aqui para apreciar uma situação que foi terrível, mas também para avaliar um processo, o processo de atribuição de apoios, no sentido de contribuir para o melhorar, ou seja, no sentido de poder legislar ou de saírem daqui recomendações para que haja, de facto, uma alteração do que está menos bem.

Por isso, Sr.<sup>a</sup> Presidente, gostava de pedir uma avaliação geral, daquelas avaliações que nos pedem depois de termos efetuado um serviço numa empresa, por exemplo. Como é que avalia este modelo? Neste modelo de atribuição de apoios que foi aplicado nesta situação concreta, no seu município em concreto, se tivesse de o avaliar, de uma maneira muito objetiva, e indicar dos aspetos positivos o que é que funcionou? Pode dar dois exemplos concretos? Pode indicar-nos, também, dois exemplos de limitações deste modelo, dois exemplos de situações que não funcionaram?

Segundo, recomendaria a aplicação deste modelo noutras situações? Esperemos que nunca mais seja preciso, mas se fosse preciso, numa próxima situação de calamidade, recomendaria, numa escala de 0 a 10, a manutenção, a aplicação deste modelo de apoio às populações, este modelo de resposta do Estado a uma situação de calamidade?

E, obviamente, a última pergunta, sendo que, possivelmente, à pergunta anterior não respondeu 10: que mudanças sugere? Que medidas de aperfeiçoamento, que alterações processuais de enquadramento poderiam contribuir para melhorar este modelo que foi aplicado?

Penso que uma resposta clara a estas três questões poderá contribuir não só para termos resultados objetivos no relatório final, mas também para melhorar este modelo para situações que, esperemos, não voltem a acontecer.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Dias, do PCP.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Presidente Alda Carvalho, uma das coisas com as quais ficamos algo perplexos é ouvir, e mesmo a Sr.<sup>a</sup> Presidente a disse várias vezes, esta frase: «O que me foi dito... O que me foi dito...».

Independentemente da confiança que possamos ter nos técnicos, há uma coisa que se espera: é que um representante dos munícipes, de um município tão afetado pelos incêndios como foi este, faça exigências, lute para que os apoios possam chegar a quem de direito e às vítimas.

Aquilo que lhe quero perguntar, desde logo, é: que exigências fez? A alguma vez se bateu por as segundas habitações terem apoio como efetivamente era merecido? Junto de que entidades? De que forma é que fez essa exigência e lutou por isso?

Isto porque há uma coisa que foi clara e, certamente, terá tido essa perceção, face até ao envolvimento que a Sr.<sup>a</sup> Presidente teve no processo, revelando aqui algum desconhecimento em termos dos direitos das segundas habitações, é que as próprias pessoas — imagino, então, as vítimas —, perante o receio e o temor que lhes foi criado de poderem vir a candidatar-se — porque foi criado um alarido em volta dos apoios às segundas habitações — podem até não se ter candidatado, para já, por desconhecerem que tinham direito ou por terem receio de serem envolvidas numa trama como muitas acabaram por ser, até, noutros concelhos com maior expressão.

Há uma aqui uma situação que quero que esclareça: mesmo não estando em funções à data dos incêndios, conhecia bem o território? Conhecia bem o território?

Há uma área que não foi abordada, mas não podemos deixar de a referir e que tem a ver com a floresta. Que ideia é que a Sr.<sup>a</sup> Presidente tinha da floresta na região, nomeadamente em termos da sua gestão? Isto porque entendemos que a questão da floresta — e o PCP tem deixado isto muito claro — é o problema do rendimento. Não havendo rendimento não é possível cuidar da floresta como ela exige.

Por isso, com poucos rendimentos, como é que é possível que os proprietários possam cumprir todas as ações necessárias à manutenção da floresta? Havia ou não, já antes do incêndio, condições, em termos do que era o cuidado à floresta, propícias para que o incêndio tivesse as dimensões que teve? Que responsabilidade atribui ao Governo da altura ou a outros Governos?

Porque há uma coisa que é garantida: tem de haver também apoios à agricultura e à floresta, até mesmo em termos de orientação técnica, aos pequenos proprietários e aos pequenos agricultores. É fundamental que o Governo, nestes territórios e a esta agricultura de pequena escala, possa apoiar e dar aconselhamento técnico. Neste sentido, pergunto havia ou não havia falta de serviços até de extensão rural nestes territórios?

Que apoios e ações decorrentes, em termos de apoio à floresta, é que a autarquia desenvolveu após os incêndios, agora com as responsabilidades que lhe foram também sendo descarregadas, no fundo — e eu não queria dizer descentralizadas? Que papel é que está a ter a autarquia, em termos de apoios à floresta, e qual é o acompanhamento efetivo que faz da floresta?

No fundo, nesta Comissão, fala-se muito de incêndios, mas fala-se pouco de floresta. O que é que falta fazer, neste momento? Que apoios é que estão em falta?

Relativamente à população de Castanheira de Pera, também queria perguntar-lhe que ambições, que anseios é que esta população tem no que diz respeito à recuperação do território. No seu entender, diga-nos o que está em falta face a toda esta situação que voltamos a referir. O território, a população foram vítimas! O que é que falta repor neste território e a esta população para respeitar não só a perda que tiveram, mas também a dignidade que bem merecem?

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Presidente, para responder a este conjunto alargado de questões, dispõe de 20 minutos, que não é obrigada a gastar.

Tem a palavra, Sr.<sup>a</sup> Presidente.

A Sr.<sup>a</sup> **Alda Maria das Neves Delgado Correia de Carvalho**: — Sr. Presidente, vou começar por responder ao Sr. Deputado Hugo Costa sobre se as pessoas tinham os documentos ou não. Se calhar, algumas não os teriam, até porque estavam omissos na Conservatória, como já tive oportunidade de dizer, outros estavam em processo de habilitação de herdeiros... Portanto, possivelmente, não os teriam todos, não é?

A Sr.<sup>a</sup> **Eurídice Pereira (PS)**: — Exatamente! Sem dúvida!

A Sr.<sup>a</sup> **Alda Maria das Neves Delgado Correia de Carvalho**: — Sobre a confiança nos técnicos do município, até prova em contrário, e como não tive nenhuma contrariedade àquilo que me foi sendo dito, ela existe. Como devem compreender, disse que me disseram, porque na fase de maior decisão eu não estava a acompanhar, sequer, as decisões que estavam a ser tomadas.

Aquilo que posso confirmar é que não tenho nenhuma denúncia sobre os 66 processos que estão neste momento a ser apoiados e isso dá-me

tranquilidade e permite que mantenha a confiança nos técnicos que estiveram a desempenhar as funções.

Falo em enviar os dados para a CCDR porque era assim: o município recolhia a informação, mas como verificaram, porque já tive oportunidade de as mostrar, e as listagens eram feitas até com uma ajuda preciosa da CCDR que fazia a agregação da informação, criando inclusivamente uma plataforma. Então, a informação era disponibilizada aos municípios de forma agregada. Por isso é que falo na CCDR, que ficava com os processos digitalizados e, posteriormente, enviava-os para a Comissão Técnica, apesar de os técnicos dos municípios também terem os processos com eles, porque iam para lá digitalizados.

Sobre se eu tive dúvidas na Comissão Técnica, posso dizer-lhe que não tive dúvidas, na altura. Não estava na posse dos processos e aquilo que me era transmitido e que foi analisado, da forma como o foi, não levantou dúvidas, até mesmo aos outros técnicos.

Pode ter havido uma situação ou outra, com a apresentação de algum documento, que pudesse levantar alguma dúvida e que fosse pedido até para o município refazer ou apresentar outro documento... Não tenho presente, mas sei que situações dessas se passaram, até mesmo de troca de experiências entre os técnicos que estavam nos municípios.

Como foi feita a seriação dos dados? Penso que o Sr. Deputado se referia à atribuição pelas várias entidades que estiveram no terreno... Não posso confirmar como foi feita, porque na fase em que cheguei já estavam todas atribuídas.

Peço desculpa, mas a nota que tenho da publicação que fizemos no *Diário da República*, sobre as segundas habitações, e que escrevi a lápis, não se vê bem o número... Já vou confirmar e depois terei a oportunidade de lhe dizer.

Foi um decreto-lei que dava a possibilidade aos municípios de fazerem um regulamento para apoiar as segundas habitações. Posso não ter transcrito o número correto, mas era a esse que me estava a referir. Quando estou a falar das segundas habitações, estou a falar disto. Portanto, a forma legal que tínhamos para o fazer era através desse decreto-lei que veio dar possibilidade aos municípios para fazerem esse regulamento.

Em relação ao telhado, posso dizer-lhe que esta foi a situação que se passou no município de Castanheira de Pera. Tive até o cuidado de trazer o processo e foi uma situação identificada pela segurança social. Foi a segurança social que veio junto do município dizer que havia esta situação.

O outro caso entregue, posteriormente, foi o da tal senhora que estava hospitalizada.

Sr. Deputado Hugo Oliveira, penso que respondi às questões todas que me colocou.

O Sr. **Hugo Patrício Gouveira** (PSD): — E sobre as diferenças entre o anterior formulário e o criado pelo REVITA?

A Sr.<sup>a</sup> **Alda Maria das Neves Delgado Correia de Carvalho**: — O formulário foi alterado em 13 de julho, mas, por coincidência, ou não, aquilo que tenho, que era primeira versão do REVITA, tem o mesmo formulário. Ou seja, aquilo que depreendo é que no primeiro regulamento já se encontrava o formulário disponível. Não sei, porque não tem data, tenho o aqui, tenho a primeira e a segunda versão — posso mostrar-lhe no final — onde já se encontrava em anexo o requerimento que, hoje, está disponível.

Aquilo de que tenho conhecimento é que, inicialmente, antes de estar aprovado o regulamento, era um modelo do próprio município.

Os Médicos do Mundo já não estão no terreno, já saíram. Estiveram até setembro de 2018 — aliás, posso ver aqui o protocolo. O que fizeram, na

altura em que saíram, foi entregar ao município uma listagem, que foi verificada com um técnico da ação social, dos bens que eles tinham e que ainda se encontravam lá e que foram confirmados.

Nenhum técnico do município de Castanheira de Pera me colocou em causa o funcionamento da Comissão Técnica — também foi essa uma questão que me colocou, não foi?

E acho que respondi às questões todas. Não falta nenhuma?

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PS): — Quais eram as outras instituições que, fora do REVITA, deram o apoio.

A Sr.<sup>a</sup> **Alda Maria das Neves Delgado Correia de Carvalho**: — Falta uma: quais as instituições que estavam na Comissão Técnica...

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Presidente, dê-me só um segundo.

Sr. Deputado, trata-se de um esclarecimento em relação às questões que colocou?

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PS): — Sim, peço desculpa, era apenas para clarificar.

A pergunta era: quais as outras instituições que, para além do REVITA, deram apoio?

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr.<sup>a</sup> Presidente, enquadrada melhor a pergunta, tem a palavra.

A Sr.<sup>a</sup> **Alda Maria das Neves Delgado Correia de Carvalho**: — O município de Castanheira de Pera teve: na Cáritas de Coimbra 16 habitações; no REVITA, 26 habitações; na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 1; nos

Seguros, 6; na SIC Esperança, 3; na União das Misericórdias e na Fundação Calouste Gulbenkian, 14.

A Sr.<sup>a</sup> **Marina Gonçalves** (PS): — No REVITA quantas?

A Sr.<sup>a</sup> **Alda Maria das Neves Delgado Correia de Carvalho**: —  
Foram 26.

Agora, julgo que respondi a tudo.

Depois, respondendo à Sr.<sup>a</sup> Deputada do BE, quanto a apoios para melhorar, acho que o relatório do Tribunal de Contas dá algumas sugestões que podem ser tidas em conta para melhorar, realmente, aquilo que foi feito.

Quanto aos dois aspetos positivos foram, efetivamente, a reposição das habitações permanentes, que foram feitas com alguns atrasos e que deveriam ter sido mais rápidos, na minha opinião.

Outros pontos que não funcionaram: o caso das segundas habitações, que não funcionou e que devia ter funcionado; o caso da floresta, tal como o Sr. Deputado João Dias teve a oportunidade de falar. De facto, acho que precisamos de mais apoios e de uma estrutura integrada para que a floresta possa ser vista de outra forma.

Perguntou-me o Sr. Deputado João Dias se eu, alguma vez, me bati pelas segundas habitações. Bati! Aquilo que digo, digo-o desde 2017: as segundas habitações, para mim, são como se de primeiras se tratassem naqueles territórios. E bati-me, em várias reuniões que tivemos na altura, quer com o Primeiro-Ministro, quer com vários ministros que passaram e acompanharam aquele território, quer, inclusivamente, com o Sr. Presidente da República.

Sobre se conheço bem o território e que ideia é que tenho da floresta, posso dizer-lhe que a floresta, naqueles concelhos, efetivamente, é uma conta poupança que muitas pessoas não podem ter numa instituição bancária e, por

isso, é que temos aquilo que temos. Tem de haver mais apoios em termos da floresta, sim!

Posso dizer-lhe que, com dificuldade, os municípios e todas as instituições, que fazem parte do plano de defesa, têm as faixas de gestão, mas não é o suficiente para o ordenamento daquele território.

Quanto aos anseios da população, trata-se de uma população extremamente envelhecida. Precisamos de gente naqueles territórios e para levar gente para aqueles territórios, há dois vectores que acho que são extremamente importantes nestes concelhos: a saúde e a educação.

Penso que respondi a todas as questões.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr.<sup>a</sup> Presidente.

Para a terceira ronda de perguntas, a Mesa regista as inscrições do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, do Grupo Parlamentar do PSD, do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, do Grupo Parlamentar do PCP e a inscrição, enquanto Deputado individual, do Sr. Deputado Hugo Oliveira.

Assim sendo, começo por dar a palavra ao Sr. Deputado João Gouveia, do Grupo Parlamentar do PS.

O Sr. **João Gouveia** (PS): — Sr. Presidente, a nossa inscrição é apenas para dizer à Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara que não temos mais questões a colocar e aproveitar para lhe agradecer a sua presença colaboradora e clarificadora, solicitando-lhe que leve, da nossa parte, para os munícipes do seu concelho, um abraço amigo e solidário.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Oliveira.

O Sr. **João Paulo Oliveira** (PSD): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Esta terceira ronda, por parte do Grupo Parlamentar do PSD, visa clarificar uma outra matéria que ainda nos suscita dúvidas e dissipar outras dúvidas que foram colocadas pelos Srs. Deputados.

Para o PSD é claro que o Regulamento do REVITA prevê a possibilidade de recuperação de todas as habitações, embora priorizasse as permanentes. Isto resulta, nomeadamente, do n.º 1 do artigo 20.º, que define os critérios de priorização, e do artigo 16.º, alínea *a*), que diz são para todas as habitações.

Posteriormente, há um decreto-lei, o n.º 142/2017, a que a Sr.ª Presidente fez referência, e, esse sim, vai criar o Programa de Apoio à Recuperação de Habitação Permanente, e apenas permanente, decorrente dos fogos de outubro de 2017. Esse, sim, é só para a habitação permanente e talvez aqui se tenha gerado alguma confusão.

Mas a pergunta mantém-se! Porque, na verdade, a Sr.ª Presidente, disse diversas vezes que era essa a informação que tinha. Aqui, a pergunta, cuja resposta é, julgamos, para nós, importante saber, é quem é que disse à Sr.ª Presidente que as segundas habitações não podiam ou não estavam abrangidas pelo REVITA. Foi alguém da Comissão Técnica? Foi a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional, que integrava a Comissão Técnica, ou foi alguém do Conselho de Gestão?

Pergunto, também: a decisão da exclusão das duas habitações, a que, penso, fez referência, que estavam, inicialmente, incluídas e que, depois, foram excluídas, deveu-se ao facto de elas não preencherem os requisitos do REVITA, ou porque não eram prioridade? Ou seja, foram excluídas porque não poderiam ser consideradas prioritárias ou, simplesmente, porque não eram abrangidas pelo REVITA?

Portanto, para nós, seria importante apurar esta responsabilidade, ou seja, pretendemos saber quem é que informou — eventualmente mal, não estou a dizer que o fez — a Sr.ª Presidente.

Uma segunda matéria tem a ver com o saldo do Fundo REVITA. É natural que exista saldo disponível. Se existem construções ainda em construção, ou em reconstrução, melhor dizendo, é natural que exista este Fundo.

A pergunta que gostaria de lhe fazer, Sr.<sup>a</sup> Presidente, é se o saldo que existe está ou não comprometido com as habitações que estão em construção, ou os apoios que foram concedidos no âmbito das candidaturas é suficiente.

Uma terceira nota tem a ver com o processo de validação da Comissão Técnica. Sr.<sup>a</sup> Presidente, eram os técnicos de cada município que se pronunciavam sobre os processos dos seus próprios municípios ou, eventualmente, era habitual os técnicos de outro município se pronunciarem sobre as candidaturas dos municípios que eles, ali, não representavam?

Uma quarta pergunta tem a ver com a liquidação dos pagamentos. A Sr.<sup>a</sup> Presidente, a determinada altura, diz que, aqui e acolá, a Comissão Técnica foi averiguar ao local a veracidade, a autenticidade ou a possibilidade de serem liquidados esses pagamentos – e talvez eu tenha interpretado mal as suas palavras – e a pergunta é: eles foram ao local para ver se as obras foram feitas em conformidade com os autos de medição?

Para finalizar, não uma pergunta, mas um esclarecimento à Comissão Parlamentar de Inquérito: o normativo que a Sr.<sup>a</sup> Presidente referiu e que sustentou o Regulamento Municipal de Castanheira de Pera não é o Decreto-Lei n.º 142/2017, a que já fiz referência, mas é o n.º 2 do artigo 154.º da Lei n.º 114/2017, que aprova o Orçamento do Estado para 2018 e que prevê, especificamente, os regulamentos municipais para esse fim.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado. Já percebemos que é o Relator...

Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Fabíola Cardoso do Bloco de Esquerda.

A Sr.<sup>a</sup> **Fabíola Cardoso** (BE): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Gostaria de terminar esta nossa sessão, hoje, com uma pergunta que, de alguma maneira, já começou a ser respondida pela Sr.<sup>a</sup> Presidente Alda de Carvalho, mas penso que há uma oportunidade para ouvirmos uma resposta mais completa: que diligências tem o município de Castanheira de Pera tomado junto do Governo e de outras entidades, eventualmente, partes também participantes deste processo, para tentar resolver os problemas que ainda persistem no território e contribuir para a sua solução?

Falou, nomeadamente, das questões da floresta, das segundas habitações, da falta de serviços de educação, de saúde. Que diligências têm sido tomadas nesse sentido e quais os resultados dessas diligências?

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

Tem a palavra, o Sr. Deputado João Dias.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Parece-me que é importante também fazer aqui uma avaliação de um outro aspecto que tem ficado um pouco à margem.

Se exigimos que exista aqui respeito pelas vítimas, também devemos exigir respeito por quem fez os donativos. Esta questão tem uma sensibilidade muito grande, porque quem doou, quem teve um espírito solidário de contribuir com apoio, fosse ele pouco ou muito, mas aquilo que deu, deu em consciência. Devemos ter todos, também, a responsabilidade de respeitar quem fez esses donativos e, se calhar, muitos de nós, aqui presentes, também fomos doadores nesse momento.

Há uma coisa que é certa: tivesse ou não tivesse havido donativos — e o Fundo REVITA é constituído exclusivamente por donativos — a recuperação das habitações, a recuperação do potencial produtivo, a recuperação das empresas, daquilo que se perdeu, teria de ser feita e teria de

haver uma responsabilidade. Naturalmente, tem de haver, também, um cuidado imenso, enorme, na gestão de fundos públicos e na gestão de fundos solidários e é isso que nós exigimos. Por isso, aqui fica, também, este reparo que deveria ter sido cuidado.

Há duas questões que queremos deixar e uma delas tem a ver com os encargos. Nós achamos que são encargos que o Governo passou para as autarquias, a partir do Orçamento de 2018. No próprio Orçamento, para além de terem transferido encargos para as autarquias e para os proprietários florestais, nomeadamente na manutenção das faixas de gestão combustível, até ameaçou com as coimas em dobro.

Ora, tudo isso foi um cenário muito complexo de gerir por parte de municípios que não tinham condições técnicas, nem humanas para cuidar da floresta, responsabilidades que não eram suas até então.

Por isso, pergunto: que condições técnicas ou que capacidade de resposta tem, neste momento, o município para responder às exigências que têm sido transferidas para as autarquias?

Outra questão tem a ver com a saúde da população. Houve pessoas que ficaram feridas, que ficaram queimadas. Tendo em consideração que nós entendemos que um autarca tem um conhecimento de muita proximidade daquilo que é a vida e a vivência das pessoas do seu território, pode dizer-nos que conhecimento tem desta situação?

A mesma questão coloca-se em termos do apoio psicossocial, porque, naturalmente, na fase imediata de emergência e de catástrofe, houve uma situação de resposta, mas passado este tempo, que vivências, em termos psicossociais, encontra nesta população.

Sabemos que, num primeiro ano após os incêndios, depois de ter ardido praticamente tudo, dificilmente haveria mais para arder, mas agora, com o passar do tempo, já há condições para novamente haver mais incêndios e, não havendo uma resposta estrutural para o que é o drama dos

incêndios e para a prevenção dos mesmos, esta população está, neste momento, na iminência de começar a viver numa situação emocional de algum *stress* perante o risco de novos incêndios.

Por isso, deveria ter sido dado às vítimas quer apoio psicossocial, quer uma resposta de saúde, porque houve pessoas que ficaram com condições de saúde muito graves, não só quem combateu o incêndio, mas também quem foi afetado pelos incêndios, tendo sofrido queimaduras e tendo sofrido tormentos psicológicos e emocionais bastante graves.

Por isso, queria levantar aqui estas questões, que são muito sensíveis para nós.

O Sr. **Presidente**: — Ainda dentro desta terceira ronda, dou a palavra ao Sr. Deputado Hugo Oliveira, que dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Sr. Presidente, queria reforçar aqui duas matérias, que foram, aliás, afluídas pelo meu colega do Grupo Parlamentar do PSD.

Há pouco, dizia que a Comissão Técnica, de facto, poderia validar a questão dos pagamentos ou não perante a questão colocada da não conformidade ou da conformidade dos processos.

Pergunto: qual era a posição do Conselho de Gestão? Porque o Conselho de Gestão, julgo eu — posso estar errado —, é que deveria validar esses pagamentos e não a Comissão Técnica.

Uma outra questão tem que ver com as segundas habitações: quero perceber se estou a ter o pensamento correto, ainda que tenha ouvido, concretamente, sobre esta matéria, que a interpretação que existia era de que a segunda habitação não estava incluída.

Julgo que o busílis da questão não reside no facto — e pergunto — de haver ou não segunda habitação, mas sim no facto, por aquilo que

percebemos, de haver quem quisesse que a segunda habitação passasse por primeira habitação.

*Protestos do Deputado do PCP João Dias.*

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra, por um período de 10 minutos, a Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara de Castanheira de Pera.

A Sr.<sup>a</sup> **Alda Maria das Neves Delgado Correia de Carvalho**: — Começando a responder, desde já agradeço ao Sr. Deputado Jorge Oliveira o facto de me ter identificado o decreto-lei das segundas habitações.

Quando disse que a Comissão Técnica ia ao terreno, ela ia ver a evolução das obras e aí não ia validar os pagamentos. Uma coisa é validar os pagamentos; outra coisa é ir ao local e ter consciência de que a obra está a 50%, a 60% ou a 70%, ir lá, verificar que está assim e que está em curso a obra. Não havia validação, ou melhor, essa validação era feita pelos técnicos do município, sendo que os técnicos elaboravam o auto, juntavam-no à fatura, enviavam tudo para a CCDR e a CCDR efetuava o pedido de pagamento ao Conselho de Gestão.

Era assim que se processavam os pagamentos, desde o início. Ao princípio, posso dizer-vos, esta forma demorava algum tempo a funcionar, mas é esta a forma instituída – aliás, tenho aqui um pedido de pagamento em que vem a informação do REVITA a dizer que o pagamento está efetuado e ele é instruído com esses documentos e com esses anexos junto ao pedido.

Portanto, em tempo algum, os elementos da Comissão Técnica ou da CCDR, ou da UMVI foram ao terreno validar pagamentos. Não! Foram ver as obras, fizeram várias visitas e iam sempre os técnicos do município respetivo, os técnicos da CCDR e os técnicos da UMVI. Foram várias vezes

ao local e tal até se encontra refletido em ata, com as datas as visitas foram feitas.

Quanto ao saldo que existe ou não no Fundo, posso dizer-lhe que a última indicação que tínhamos — porque o *site*, como viram, estava fora de funcionamento, ainda hoje de manhã —, do último valor, era cerca de 1 milhão de euros. Mas, atenção, não sei se isto se mantém ou não, atendendo às circunstâncias das suspensões que existem.

Em relação às segundas habitações, que me referem aqui, até podem ser casos em que os processos foram mal instruídos inicialmente, porque, volto a dizer, inicialmente, nem sequer havia a ficha que está instituída agora e que o Fundo REVITA veio instituir; era o impresso do município que era feito.

Assim como vos posso dizer que há dois casos que saíram, porque as pessoas foram reportar os danos mas nem sequer apresentaram requerimento posteriormente, ou porque, realmente, não estavam lá, não foram lá.

Tenho um caso de primeira habitação de uma cidadã estrangeira que, única e simplesmente, não quis vir cá mais e mandou um *e-mail* a dizer que não queria assinar. Recebeu o valor da indemnização, porque tinha um seguro, mas não quis assinar o remanescente e a casa ficou em ruínas.

Portanto, sei destas duas situações concretas, mas, de resto, não sei, pode ser até do início do processo. Não trouxe estes processos comigo, mas pode ter sido um problema que tenha surgido inicialmente, na fase de ser processado.

Em relação àquilo que o município tem vindo a fazer — e quando falei em saúde e em educação, penso que são dois vetores que são extremamente importantes para estes territórios —, na saúde temos vindo a desenvolver, junto da ARS (Administração Regional de Saúde) competente, o colmatar, muitas das vezes, da ausência de médico, porque temos só dois médicos. E

aproveito para responder à questão do apoio psicológico: Castanheira de Pera ainda tem uma equipa a acompanhar as pessoas no município.

Quanto às faixas de gestão de combustível, é preciso ter os cuidados necessários, porque, efetivamente, os municípios não têm nem recursos técnicos nem recursos financeiros para, muitas das vezes, se estarem a sobrepor ao que é necessário.

Em relação aos feridos, tenho ainda uma situação que me preocupa bastante, de um bombeiro que ficou ferido, na altura, com alguma gravidade. Depois, tenho outras situações, que já estão mais ou menos recuperadas, referentes aos outros bombeiros que estiveram nos incêndios. Em relação aos particulares, a situação preocupante é, efetivamente, a do bombeiro — todas são preocupantes, porque as pessoas ficaram num estado..., mas essa é aquela que ainda tem tido alguns problemas e precisa de acompanhamento.

No território temos uma situação emocional, e vou dizer-vos com toda a honestidade, preocupante. Preocupa-me muito a fase que estamos a viver, porque vai ser outra situação que vai, emocionalmente, destabilizar a população. Ou seja, vivemos uma situação complicada há três anos, ainda não estamos completamente recuperados e vamos ficar com outra em cima, por todas as condicionantes a que temos estado sujeitos nos últimos meses.

Quanto às segundas habitações, Castanheira, de início, aceitou tudo. Quando foi depois, na distribuição, como podem verificar pela listagem, é que tem só primeiras habitações. A única alteração que teve, de outubro de 2017, foi retirar duas habitações, que, efetivamente, se referiam a segundas habitações, mas, de resto, aquilo que lá está validado, à data, não tem lá segunda habitação.

Efetivamente, quanto à discrepância na legislação, estava aqui a ver, o artigo 20.º passou também a fazer alguma diferenciação, mas já estamos a falar de 12 de setembro de 2017.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Presidente, terminou?

A Sr.<sup>a</sup> **Alda Maria das Neves Delgado Correia de Carvalho**: —  
Acho que respondi a tudo.

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, pede a palavra para que efeito?

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Sr. Presidente, naturalmente não é para uma nova pergunta.

Sr. Presidente, uma das perguntas que fiz, e que vinquei, era sobre a exclusão das duas candidaturas que não eram consideradas habitações permanentes e se o motivo invocado para esta exclusão foi o de que as candidaturas não cumpriam os requisitos ou porque não podiam ser considerados casos prioritários.

Portanto, pergunto quem é que tomou essa decisão e se existe alguma fundamentação nesse sentido. Qual foi o motivo? Foi excluído porque não cumpre requisitos do REVITA, previstos no regulamento, ou foi excluído porque não era prioritário, dentro do mesmo regulamento do REVITA?

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Presidente, tem a palavra, para esclarecer.

A Sr.<sup>a</sup> **Alda Maria das Neves Delgado Correia de Carvalho**: — Não sei se estes dois casos foram à Comissão Técnica ou se foi na formalização e na junção de documentos que, efetivamente, se chegou à conclusão de que eram casos de segunda habitação e não primeira. Portanto, pode ser, inclusivamente, na fase processual, como já disse.

São só dois casos que estão aqui identificados e que, efetivamente não sei se estiveram na Comissão Técnica para análise. Mas penso que não, que foram incluídos, inicialmente, por terem apresentado o pedido, mas depois não foram incluídos.

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Foi muito esclarecedora a sua resposta.

O Sr. **Presidente**: — Assim sendo, com esta intervenção da Sr.<sup>a</sup> Presidente termina a nossa audição.

Resta-me agradecer a presença da Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara de Castanheira de Pera, Alda de Carvalho, nesta Comissão, e a forma como tentou responder a todas as perguntas. Agradeço também às Sr.<sup>as</sup> Deputadas e aos Srs. Deputados a boa colaboração que prestaram à Mesa e agradeço ainda aos serviços de apoio à Comissão que nos ajudam.

Informo os Srs. Deputados que amanhã teremos nova audição, pelo que interpelaria o Grupo Parlamentar do PCP e o Sr. Deputado João Dias, apenas para relembrar que está indicado para ser ouvido, amanhã, o Sr. João Manuel Fontes Dinis, na qualidade de Membro da Direção Nacional da Confederação Nacional da Agricultura, num pedido de audição ao abrigo do direito potestativo, por parte do PCP, pelo que será o Grupo Parlamentar do PCP a abrir a audição.

*Eram 20 horas e 6 minutos.*

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.